



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
FACULDADE DE DIREITO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS-FADIR  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**Aida Mohamed Ghadie**

**Dourados e o mundo: o contexto local e os desafios  
para inserção internacional do município**



**Dourados-MS**

**Abril/2016**

---

**Aida Mohamed Ghadie**

**Dourados e o mundo: o contexto local e os desafios  
para inserção internacional do município**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado à Banca Examinadora da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), como pré-requisito para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, sob a orientação do professor Dr. Henrique Sartori de Almeida Prado.

**Dourados-MS**

**Abril/2016**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).**

G411d Ghadie, Aida Mohamed  
Dourados e o mundo: o contexto local e os desafios para a inserção internacional do município / Aida Mohamed Ghadie – Dourados: UFGD, 2016.  
59f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Henrique Sartori de Almeida Prado

TCC (graduação em Relações Internacionais) - Faculdade de Direito e Relações Internacionais, Universidade Federal da Grande Dourados.  
Inclui bibliografia

1. Dourados. 2. Paradiplomacia. 3. Desenvolvimento econômico e social. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.



### ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Ao décimo quinto dia do mês de abril de 2016, compareceu para defesa pública do Trabalho de Conclusão de Curso, requisito obrigatório para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, a aluna **AIDA MOHAMED GHADIE**, tendo como título **DOURADOS E O MUNDO: O CONTEXTO LOCAL E OS DESAFIOS PARA A INSERÇÃO INTERNACIONAL DO MUNICÍPIO**.

Constituíram a Banca Examinadora os professores Dr. Henrique Sartori de Almeida Prado (orientador), Dr. Tomaz Espósito Neto (examinador) e Dr. Fabricio Henricco Chagas Bastos (examinador).

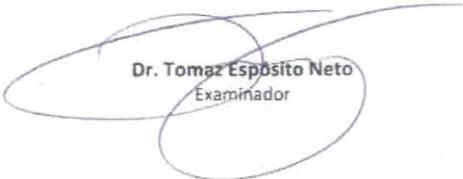
Após a apresentação e as observações dos membros da banca avaliadora, o trabalho foi considerado aprovado.

Por nada mais terem a declarar, assinam a presente Ata.

Observações: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Assinaturas:

  
Dr. Henrique Sartori de Almeida Prado  
Orientador

  
Dr. Tomaz Espósito Neto  
Examinador

  
Dr. Fabricio Henricco Chagas Bastos  
Examinador

## AGRADECIMENTOS

*Valeu a pena...*

*Não resta dúvida que o apoio “antes, durante e depois” de muitas pessoas foi fundamental para chegarmos até aqui.*

*Como não poderia deixar de ser, agradeço a **meus pais** essenciais e especiais, estendendo à **minha família**, meus eternos amores e motivadores; Agradeço aos professores e professoras, em particular ao meu orientador prof.*

***Dr. Henrique Almeida Sartori Prado;***

***ao Prof. Dr. Fabrício H. Chagas** – pela indicação de um caminho, pelo estímulo e amizade, e ao **Prof. Dr. Tomaz Exposito Neto**, que prontamente aceitaram compor a banca examinadora;*

*Dirijo meu respeito e carinho aos **servidores e servidoras** da FADIR, e também dos outros espaços de aprendizagem, caminhada e convivência da UFGD, com quem convivemos e interagimos por estes quatro anos e meio de curso;*

*Sem destacar nomes para não correr o risco de ser injusta,*

*agradeço a **todxs colegas**,*

*com quem compartilhei importantes e inesquecíveis bons tempos.*

***Vocês** fazem parte da minha história.*

*Algumas passaram, outros assumiram papéis especiais e serão saudosos no meu coração e nas minhas lembranças;*

*Há sempre a possibilidade de esquecermos uma ou outra pessoa, que não poderia deixar de ser lembrada e agradecida. Algumas serão sempre essenciais e outros, apenas coadjuvantes.*

*Por esse motivo, sem elencar os nomes das pessoas, deixo a **todos e todas** que colaboraram para a construção deste trabalho, o meu sincero “**muito obrigada**”.*

***“Você nunca sabe  
que resultados virão da sua ação.  
Mas se você não fizer nada,  
não existirão resultados.”***

***Mahatma Gandhi***

## RESUMO

O presente trabalho apresenta um estudo sobre a paradiplomacia, buscando dentro desta perspectiva abordar a atuação internacional de Dourados (MS). Existem variados mecanismos para o desenvolvimento das atividades das entidades subnacionais na esfera internacional, tais como os acordos de cooperação internacional onde se busca, entre outras coisas, uma perspectiva para viabilização de recursos econômicos para o desenvolvimento local, sem depender das articulações das entidades subnacionais superiores. Neste sentido, a inserção nas inúmeras e diversificadas redes internacionais de cidades tem funcionado como alavancadoras da internacionalização das unidades subnacionais. Não é o que demonstra o caso do Município de Dourados, embora associado a Redes Cidade Educadora e Mercocidades, não apresenta nenhum registro de participação ativa dentro destes e/ou outros organismos na esfera internacional. Com isto perde oportunidades ímpares de, ao participar de foros e debates, intercâmbio de experiências com outras cidades, captação de recursos econômicos e projetos para o desenvolvimento local.

**Palavras-chave:** Dourados; paradiplomacia; desenvolvimento econômico e social.

## ABSTRACT

This paper presents a study on the paradiplomacy into this perspective to address the international performance of Dourados/MS. There are several mechanisms for the development of international cooperation activities, where it pursuit, among other things, a view to feasibility economic resources for local development without relying on the joints of the higher sub-national entities. Therewith, the inclusion in numerous and several international networks of cities has worked as an improvement to internationalization of subnational units. On the contrary (otherwise), what happens at the City of Dourados, although associated with Educator Network Cities and Mercociddes, does not show any record of active participation in these and / or other international organization. There by it lost unique opportunities such as to participate in foruns and discussions, exchange of experiences with other cities, attracting economic resources and projects for local development.

**Key-works:** Dourados; paradiplomacy; economic and social development.

## LISTA DE FIGURAS

IMAGEM 01 – Município de Dourados – político, 2012 .....	33
IMAGEM 02 – Mapa da posição geográfica de Dourados-2015 .....	34
IMAGEM 03 – Localização do município de Dourados no mapa de Mato Grosso do Sul .....	35
IMAGEM 04 – Estado do Mato Grosso do Sul – político, 2012 .....	36

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>10</b>
METODOLOGIA .....	12
<b>1 REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	<b>14</b>
1.1 AS ENTIDADES SUBNACIONAIS COMO ATORES NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS .....	14
1.2 CONTEXTO POLÍTICO E JURÍDICO PARA A ATUAÇÃO INTERNACIONAL DAS CIDADES BRASILEIRAS .....	15
1.3 PARADIPLOMACIA: CONCEITO, COMPONENTES E DETERMINANTES .....	18
1.4 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL DESCENTRALIZADA .....	20
1.5 CIDADES GLOBAIS COMO ATORES POLÍTICOS INTERNACIONAIS .....	21
1.6 POLÍTICA EXTERNA SUBNACIONAL NO BRASIL, AGENDAS E INFLUÊNCIAS .....	25
1.7 A COOPERAÇÃO DESCENTRALIZADA E AS REDES INTERNACIONAIS DE CIDADES .....	27
<b>2 O CASO DO MUNICÍPIO DE DOURADOS E O CONTEXTO LOCAL</b> .....	<b>33</b>
2.1 ASPECTOS SÓCIO-DEMOGRÁFICOS .....	38
2.2 ASPECTOS ECONÔMICOS .....	39
2.3 O ATUAL PAPEL INTERNACIONAL DAS CIDADES .....	41
<b>3 DESAFIOS PARA INTERNACIONALIZAR A CIDADE</b> .....	<b>43</b>
3.1 VANTAGENS POLÍTICAS E ECONÔMICAS PARA A INTERNACIONALIZAÇÃO DE DOURADOS E PROPOSTAS INICIAIS .....	48
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>51</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>53</b>
<b>ANEXO A</b> .....	<b>56</b>
<b>ANEXO B</b> .....	<b>59</b>

## INTRODUÇÃO

O período pós-guerra fria, que tem início no final do século XX, traz em seu bojo a intensificação do fenômeno da globalização liberal, provocando importantes mudanças no campo das Relações Internacionais, entre estas o surgimento de novos atores na arena internacional, no caso, as entidades subnacionais. Como bem assinalam Karina L. Pasquariello Mariano e Marcelo Passini Mariano, este fenômeno interfere diretamente na realidade nacional e local, trazendo novos desafios para estes atores e uma nova lógica de funcionamento:

[...] tanto o fenômeno da globalização como o da regionalização impactam diretamente sobre o cotidiano das localidades, mas se originam fora desse âmbito. [...] A relação entre globalização e Estado não se resume a um enfraquecimento do segundo e à busca de uma nova forma de ordenamento e controle internacional, com a inserção de novos atores nesse âmbito – no caso, os governos subnacionais. Trata-se, na verdade de uma reformulação do papel do estado promovida com base nos efeitos gerados pela globalização, que trazem para a esfera nacional novos desafios e uma nova lógica de funcionamento (MARIANO; MARIANO, 2005:133).

A partir deste panorama os entes subnacionais passam a assumir novas responsabilidades, entre elas a criação de suas próprias estratégias de comportamento no cenário internacional, que dependerá das características de cada entidade subnacional e de suas estratégias, no nível doméstico e no internacional, e das competências que os mesmos possuem no marco político nacional, mesmo que não claramente garantidas pela Constituição Federativa brasileira (SALÓMON, 2011).

Este cenário descortina um novo fenômeno, conhecido como paradiplomacia, que pode ser entendido como o desenvolvimento de uma ação externa institucionalizada por parte das entidades subnacionais (estados, províncias, municípios, entre outros), que vem paulatinamente conquistando espaço no campo das Relações Internacionais.

A paradiplomacia teve início nos países desenvolvidos como Estados Unidos e Canadá e em países europeus, expandindo-se para os países em desenvolvimento, na década de 80. Na América Latina, as primeiras estruturas institucionalizadas para atuação internacional surgiram nos anos de 1980, impulsionadas pelo cenário de redemocratização política. No Brasil, no final da década de 80, registram-se as primeiras gestões externas institucionalizadas por parte de governos estaduais,

também resultado da redemocratização e da nova Constituição Federal do país. No âmbito municipal, Campinas (SP), Porto Alegre (RS) e Rio de Janeiro (RJ), registram o início de suas atividades institucionalizadas no cenário internacional na década de 1980 e início de 1990.

Considerando o alargamento das atribuições dos municípios, além da autonomia constitucional, vemos que os entes federados brasileiros convivem atualmente com uma série de desafios no campo da educação, habitação, saúde, entre outras, principalmente quanto à viabilização de recursos econômicos, precisando ser inovadores e criativos para cumprirem seus deveres e obrigações como gestores públicos.

O fenômeno paradiplomático surge então como um importante instrumento que as entidades subnacionais têm de buscar parcerias, realizar acordos de cooperação bilaterais ou multilaterais, aproveitando a flexibilidade da atuação do Estado, sem “depende exclusivamente da ação dos seus respectivos governos centrais” (PRADO, 2013: 66) e, conseqüentemente, contribuir para a melhoria de qualidade de vida dos habitantes.

Observa-se assim a relevância da questão que norteará esse estudo: a internacionalização das entidades subnacionais, especificamente dos municípios, buscando analisar, qual é a importância e os desafios para o desenvolvimento da atuação internacional do município de Dourados.

Importante localidade de porte médio, situada na região centro sul do estado do Mato Grosso do Sul, em um espaço geográfico privilegiado em termos de vantagem locacional, próximo da dinâmica Sul e Sudeste do Brasil e portal do Mercosul, possui uma estrutura econômica vinculada à agroindústria regional. Segundo o portal eletrônico da Prefeitura de Dourados, o município é considerado o mais importante centro agropecuário, comercial e de serviços da região, atendendo diretamente nada menos do que 37 municípios localizados em um raio médio de 147 km, com uma população estimada em torno de 841.986 habitantes, e um PIB total superior a 11 bilhões de reais (IBGE, 2009).

Este estudo será desenvolvido em 03 (três) capítulos, além da introdução e considerações finais:

A primeira parte será dedicada à construção e debate conceitual sobre atuação subnacional internacional, conceituando o que é a paradiplomacia, como este

fenômeno surgiu no Brasil, o papel de destaque dos entes subnacionais municipais, passando em seguida a conceituar um modelo paradiplomático de cooperação internacional descentralizada. E, a partir desta modalidade, definir o que são redes de cooperação (conceitos, tipos, possibilidades, vantagens e desvantagens);

Posteriormente, o capítulo dois irá introduzir e contextualizar o município. Finalmente, a terceira parte irá analisar quais as vantagens e oportunidades de inserção internacional da cidade de Dourados/MS, e quais os motivos para a busca de relacionamento internacional. Por fim as considerações finais, que organizarão os elementos encontrados durante a pesquisa.

Para contextualizar o fenômeno da paradiplomacia, buscaremos o conceito, determinantes e perspectivas que nos permitam entender esse instrumento da política externa das entidades subnacionais, buscando elementos fundamentados nos estudos de autores como Noé Cornago Prieto (2004), Mónica Salomón (2011), Gilberto M. A. Rodrigues (2009), entre outros referenciados no tema em questão.

Para compreender o processo de cooperação internacional e a construção de redes de entidades municipais no Cone Sul da América do Sul, abordaremos o papel da Rede Mercocidades, fazendo apontamentos referentes ao livro “Inserção dos atores subnacionais no processo de integração regional: o caso do Mercosul”, do autor Henrique Sartori de Almeida (2013).

Consultas à plataforma eletrônica de entidades presentes no Mercado Comum, facilitaram em muito a abordagem do Mercosul, como também da Rede Mercocidades. Desta forma, a abordagem foi construída por intermédio de consultas ao site oficial do Mercosul e da Rede Mercocidades.

Para descrever e analisar o caso do Município de Dourados usou-se consultas a fontes secundárias, como sites, jornais, declarações públicas e cursos realizados, entre outros, conforme indicado nas referências bibliográficas.

## **METODOLOGIA**

Para elaboração do estudo proposto efetuamos uma revisão bibliográfica exploratória da literatura especializada, revistas científicas, periódicos e busca documental em arquivos e manifestações oficiais que condizem com a investigação.

Inicialmente realizamos um estudo conceitual da paradiplomacia, buscando identificar suas características, motivações e atividades mais recorrentes. Em seguida procuramos saber quando e como surgiu no Brasil, suas características e governos subnacionais brasileiros atuantes.

Por fim utilizamos um estudo de caso, o município de Dourados, e como elemento de teste de nossa hipótese que a cidade não tem uma gestão burocrática municipal destinada às Relações Internacionais, e por isso perde oportunidades de buscar a cooperação técnica, trocar experiências com seus pares, atrair investimentos e captar recursos de órgãos financeiros internacionais, por não ter um plano de atuação internacional. A literatura especializada nos mostra a importância da criação de um setor para coordenação e centralização das atividades na esfera externa, seja através de uma Secretaria Municipal, uma Coordenação ou simplesmente uma assessoria para tratar dos assuntos pertinentes, no intuito de incentivar as ações e política externa como forma de desenvolvimento e melhoria das condições de vida local (CNM, 2008; CNM, 2009; RODRIGUES; XAVIER; ROMÃO, 2009).

## **1. REFERENCIAL TEÓRICO**

### **1.1 AS ENTIDADES SUBNACIONAIS COMO ATORES NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Após o fim da guerra fria, no final da década de 1980, desenha-se uma importante reestruturação no sistema internacional que permitiu a projeção e atuação de novos agentes no cenário das relações internacionais, entre estes as entidades subnacionais. Os Estados já não se constituem mais nos únicos atores das Relações Internacionais, apesar de se manterem como os principais, (PECEQUILO, 2012:21), e passam a agir condicionados pelas novas tendências de integração e interdependência entre os diversos atores do sistema internacional.

A tendência de formação de blocos regionais, a crescente transnacionalização e a interdependência têm implicado vários canais de vinculação de atores diversos, ampliando os temas de tipo recíproco (KUGELMAS; BRANCO, 2005: 168-169).

Este quadro provoca mudanças na atuação do Estado-nação nas relações internacionais, e, conseqüentemente, no comportamento das entidades subnacionais - Estados federados, municípios, províncias, entre outros. Conforme observam Marcelo Passini Mariano e Maria Inês Barreto (2004), neste novo cenário há uma intensificação da competitividade internacional, alterando as condições de gestão dos Estados Centrais na esfera externa, provocando a transferência de parte de suas responsabilidades nacionais para os níveis estaduais e locais de governos. Dessa maneira, os entes subnacionais são chamados a assumirem novas responsabilidades, inclusive arquitetar as próprias estratégias de inserção internacional.

Ante o novo imperativo configurado, estes atores, que também fazem parte do aparato estatal (SALOMÓN, 2011), revestem-se de um novo papel, aliando diferentes iniciativas e estratégias voltadas, por um lado, para a busca de recursos e atração de investimentos, querendo com isto incrementar sua base econômica, e por outro lado, para a melhoria da qualidade de vida e governabilidade.

Este novo tipo de protagonismo dos entes estaduais e locais induz a um debate sobre as reais competências legais que essas entidades subnacionais possuem para atuar no cenário internacional, que envolvem, principalmente, as competências de ordem jurídico-constitucionais que são atribuídas para os diferentes níveis de governo, e que são condicionadas às diferentes formas de organização política dos Estados nacionais.

## **1.2 CONTEXTOS POLÍTICO E JURÍDICO PARA A ATUAÇÃO INTERNACIONAL DAS CIDADES BRASILEIRAS**

Ao olharmos para o sudeste da Ásia, por exemplo, observamos com Noé Cornago Prieto que a atuação subnacional externa no oriente apresenta características bastante diversas do ocidente, e que a internacionalização dos governos regionais da Indonésia, Filipinas, Malásia e Tailândia ocorrem apenas como resultado de uma variedade de esquemas informais de cooperação econômica. Por outro lado, vemos que a Índia parece não promover a paradiplomacia subnacional, situação que se justifica pela existência de um forte sistema político centralizado (PRIETO, 2004: 266).

Voltando o olhar para a América Latina, o caso específico da Argentina evidencia claramente um incentivo legal como base para o envolvimento de suas províncias nas questões internacionais, promovida por sua jurisdição ao inserir perfis legais na atual Constituição do país. O governo central, após promover uma reforma geral de suas relações exteriores em 1992, buscou garantir a crescente internacionalização dos governos provinciais sob certo controle (PRIETO, 2004: 270). A província de Córdoba é a que mais se destaca na dinâmica da paradiplomacia argentina, seguida da província de Mendoza e Rio Negro (Patagônia), com diversas missões ao exterior visando a promoção de investimentos estrangeiros além do incentivo à migração.

Esta situação surge pela crescente retomada da democracia na América Latina, no final da década de 1980, associada ao forte empenho para efetivação dos processos de integração regional, como o Mercosul. A literatura mostra que nos

países onde há estabilidade política e institucional, a autonomia regional foi se fortalecendo. A partir do início da década de 1990, alguns governos latino-americanos começam a embrenhar-se na promoção paradiplomática, visando a cooperação regional e o desenvolvimento econômico.

Nesta direção, na década de 1990, intensifica-se no Brasil a atuação internacional por parte das entidades subnacionais, impulsionada sobretudo pela redemocratização e pela nova Constituição Federal de 1988, imputando novas responsabilidades para as unidades federativas brasileiras, e a abertura de novas perspectivas para o desenvolvimento regional e local.

Kjeld Jacobsen (2009) considera o fato dos municípios fortalecerem sua posição como esfera do estado e terem demandas reais que não são plenamente atendidas pelos governos federais, uma variável que reforça a procura pela atuação na esfera internacional por parte dos governos municipais.

O desafio para o comportamento dos atores subnacionais nas relações internacionais aparece na esfera de seu reconhecimento constitucional como sujeito legal apto para atuar no cenário internacional, por não possuírem personalidade jurídica internacional, pondera Prado (2013), passam por limitações ao agirem no âmbito internacional.

Neste aspecto, Castelo Branco (2011, pg.18), salienta que a atual Carta Magna brasileira mantém a condução das relações com Estados estrangeiros restrita ao governo central, reiterando os princípios tradicionais que sempre orientaram a política externa nacional. O que também é realçado por Eduardo Kugelmas e Marcello Simão Branco (2005:164), quando ressaltam que em termos jurídicos somente através da intermediação do Estado central é que as unidades federativas podem estabelecer acordos e intercâmbios com outros Estados ou entidades subnacionais. Ou seja, a Constituição de 1988 não institucionalizou, de forma clara e definitiva, a paradiplomacia no ordenamento jurídico brasileiro.

Prado (2013:62), por outro lado, ao observar as características do modelo de federalismo argumenta que os governos subnacionais possuem em sua esfera de atuação as mesmas atribuições de um Estado nacional. Ou seja, os diferentes níveis de governo têm posições divergentes em relação aos interesses e objetivos, e isso faz com que os atores subnacionais procurem uma maneira de realizar de suas ações internacionalmente.

No pensamento de Eduardo Kugelmas e Marcello Simão Branco (ibidem: 179), o desafio está em combinar harmonicamente a crescente autonomia das unidades subnacionais sem colocar em dúvida a legalidade constitucional dessas autonomias, que variam de acordo com o instrumento político e jurídico, como na Ásia e América Latina.

É como se existisse um sistema de forças duplas e opostas atuando sobre o mesmo alvo, na relação entre o Estado central e o governo local, onde cada ator vai procurar favorecer a si mesmo, como no teorema explicado por Eduardo Kugelmas e Marcello Simão Branco:

Duas forças convivem e se tensionam na relação entre o governo central e as províncias: uma tendência centrípeta, que procura reter o poder para o governo central, não impedindo ações autônomas das unidades subnacionais, mas as regulando e controlando; e a tendência centrífuga, que mostra a ação das unidades subnacionais em buscar maior autonomia política e econômica para seus interesses próprios, facilitadas pelas crescentes assimetrias na distribuição dos recursos internos e pelas oportunidades de negócios abertas com os efeitos da globalização (, 2005: 169).

Algumas ações desenvolvidas pelos entes subnacionais no plano internacional são toleradas pelo governo central brasileiro, destaca Prazeres:

O Ministério das Relações Exteriores não se mantém alheio a esta tendência, tendo desenvolvido através de sua Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares - que se destina a fazer a interface entre o referido ministério e os governos dos estados e municípios brasileiros -, o que chama de diplomacia federativa, iniciativa tentando dar maior capilaridade à conformação da política externa nacional. [...] cujo objetivo está sobretudo em melhor captar os interesses das unidades da federação na formulação da política externa nacional (2005:300).

O governo central busca compatibilizar a manutenção do papel do Estado nacional no campo da política exterior com uma ação efetiva das esferas subnacionais, através do Ministério das Relações Exteriores (MRE), que mantém uma Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares. Esta assessoria tem como missão promover a interlocução entre o MRE e os governos subnacionais, realizada através de escritórios regionais instalados em algumas unidades federativas.

Entretanto, a Constituição de 1988 não institucionalizou, de forma clara e definitiva, a paradiplomacia no ordenamento jurídico brasileiro.

A vedação constitucional parece atingir apenas os contatos formais, que se pretenda atribuir validade jurídica, não afastando a validade de contratos informais entre unidades federadas brasileiras e estados independentes ou unidades desses estados (PRAZERES: 308). Temos assim o desenvolvimento do espaço de inserção destes novos atores para além das fronteiras nacionais, projetando o envolvimento destas entidades subnacionais no cenário internacional, fazendo surgir o fenômeno identificado como paradiplomacia.

### 1.3 PARADIPLOMACIA: CONCEITO, COMPONENTES E DETERMINANTES

Buscando uma definição para o termo, encontramos em Noé Cornago Prieto que:

Paradiplomacia é o envolvimento de governo subnacional nas relações internacionais, por meio do estabelecimento de contatos, formais e informais, permanentes ou provisórios (*ad hoc*), com entidades estrangeiras públicas ou privadas, objetivando promover outra dimensão externa de sua própria competência constitucional (CORNAGO, 2004: 251).

Esta definição mostra que o fenômeno abrange qualquer conjunto de atividades desenvolvidas no âmbito internacional pelas unidades federativas, pautada na autonomia legal que estes atores possuem.

Ainda segundo o autor acima referenciado, existem outras formas de envolvimento das entidades subnacionais no processo da política externa, como a diplomacia federativa, sendo esta ligada de forma mais direta ao departamento de relações intencionais de governos centrais (CORNAGO, 2004: 251).

Para Mónica Salómon, um dos problemas nessa ampla definição está em não levar em consideração se o desenvolvimento da ação faz ou não parte de uma estratégia externa estruturada ou de uma política externa, não diferenciando plano de ação de atuação, já que para a autora o termo paradiplomacia “denota a política externa subnacional” (2011: 274).

Na ótica de Prado (2003: 66), a paradiplomacia expõe uma possibilidade que os entes subnacionais têm de buscar parcerias para o seu desenvolvimento, independentemente da ação dos respectivos governos centrais. O que significa, aos

olhos de Rodrigues que as entidades subnacionais “passam a vislumbrar a elaboração de novas políticas para as relações globalizadas” (RODRIGUES, apud PRADO, 2013: 66).

Parece-nos que os atores subnacionais buscam nesta inserção internacional uma oportunidade de resolver seus desafios e necessidades administrativas, encontrando na paradiplomacia um instrumento para promover suas próprias políticas econômicas, por exemplo. Políticas estas que podem ser voltadas para a atração de investimentos, promoção comercial das empresas locais no estrangeiro e a elaboração de agendas de cooperação política e técnica em áreas de sua competência, como a educação, gestão urbana, saúde e segurança, entre outras.

As motivações para este novo papel das entidades subnacionais no cenário internacional, em geral, são econômicas, políticas ou culturais (Keating, apud Mariano e Mariano, 2005: 147). Entre os principais componentes da atividade paradiplomática destaca-se a promoção comercial e econômica externa, além da cooperação transnacional.

Segundo a visão dos autores Karina Mariano e Marcelo Mariano, a cooperação é possível quando possibilita o estabelecimento de objetivos comuns aos atores envolvidos:

A cooperação possibilita o estabelecimento de objetivos comuns entre países e a constituição de normas e estruturas no seio das quais acordos podem ser concretizados. Facilita também a criação de consenso entre os atores sobre os comportamentos aceitáveis a serem compartilhados, ao promover maior intercâmbio de informações, sendo este elemento essencial, pois ajuda na adoção descentralizada de regras e no estabelecimento de padrões de desempenho a serem supervisionados. (MARIANO E MARIANO, 2005:144)

Outro importante componente da atividade internacionalizada diz respeito ao financiamento internacional ou empréstimos de agências públicas internacionais, como o Banco Mundial, FMI, entre outros. Este recurso sendo usados mais pelos países em desenvolvimento, como o Brasil, a Índia, entre outros, enquanto que os países desenvolvidos do norte, como o Canadá, caracterizam-se como potenciais financiadores.

Mecanismos como programas e redes de cooperação multilateral entre entidades subnacionais são alguns dos elementos que alavancaram o desenvolvimento da paradiplomacia no Brasil, (SALOMÓN, 2011: 285). Esta

observação nos leva a refletir sobre a paradiplomacia e a cooperação internacional descentralizada como um dos possíveis caminhos para a atuação externa do município de Dourados.

#### **1.4 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL DESCENTRALIZADA.**

De acordo com a Federação Nacional de Prefeitos (FNP), a cooperação internacional descentralizada é um mecanismo de intercâmbio de conhecimentos e de recursos econômicos, materiais e humanos entre países com o objetivo de fomentar o desenvolvimento.

Na cooperação internacional descentralizada (CID), os atores subnacionais brasileiros exercem um papel internacional através de trocas de experiências e boas práticas com parceiros que têm as mesmas características. Desta maneira, permite às cidades brasileiras aprimorar as políticas públicas de governança local, mantendo uma relação de comunicação e intercâmbio de experiências e pela oportunidade de conhecer outras realidades e formas de aplicação.

A cooperação descentralizada representa um conceito novo na dinâmica de cooperação internacional para o desenvolvimento. Experiências inovadoras e criativas de políticas locais, que possam ser aplicadas por outras cidades, que signifique a melhora de uma situação insatisfatória ou a criação de serviços públicos que traga benefícios aos cidadãos e as comunidades. Suas modalidades incluem cidades-irmãs, cooperação multinível, isto é, que conta com a participação de diversas instâncias: nacional, regional ou internacional, e ainda as redes de cooperação (SERRA, 2009:76).

As redes estão inseridas em um conceito de cooperação internacional que podem adquirir um caráter temático-setorial ou geográfico. As redes são criadas com o intuito de reunir municípios que possuam temas de interesse comum para o intercâmbio e cooperação internacional, que poderia auxiliar no desenvolvimento econômico, político, social e ambiental e consequentes benefícios para a população Dourados.

Existem, atualmente, diversas redes internacionais de cidades que se destacam, tais como: CGLU (Cidades e Governos Locais Unidos), Eurocities (Rede de cidades da União Européia), Redes Temáticas do Programa URB-AL (Programa de Cooperação Descentralizada entre cidades da União Européia e da América Latina), Metrópolis (Associação de grandes cidades e capitais), entre outras. Essas redes trabalham temas diversos, as cidades participantes apresentam perfis e objetivos diferenciados.

Como assegura Salomón, a difusão de boas práticas é um instrumento de promoção da cidade, e que pode render frutos na política de âmbito interno (2011: 286). Este importante fator por si só já é um estímulo para o governo de uma cidade buscar se inserir no ativismo internacional.

O que denota que a falta de previsão legal na Constituição política brasileira não impediu a eclosão da paradiplomacia dos entes municipais. Pelo contrário, conforme Castelo Branco (2011:100), a participação das cidades brasileiras na arena internacional vem aumentando a partir da segunda metade de 1990, em virtude do processo de globalização, de integração econômica e de regionalização, principalmente as capitais dos Estados federados.

A caracterização de uma cidade como um ator internacional depende de uma série de variáveis, tais como a questão geográfica, o padrão de relacionamento com o governo central, a disponibilidade de recursos, entre outros.

## **1.5 CIDADES GLOBAIS COMO ATORES POLÍTICOS INTERNACIONAIS**

A mudança na agenda internacional, agora associada ao contexto do pós-Guerra Fria e a ocorrência de grandes eventos internacionais, permite a emergência das cidades como atores globais. Para Tullo Vigevani (2005) a maior flexibilidade e capacidade de adaptação às mudanças das sociedades, dos mercados, da tecnologia e da cultura parecem incentivar a busca dos benefícios da globalização ou, pelo menos, a minimização de seus impactos.

Os interesses e bem comum dos cidadãos podem ser fortalecidos por intermédio das relações internacionais municipais, minimamente, a partir de dois

princípios, como salienta Kjeld Jacobsen (2009:26): “complementação á politica externa do governo central e diplomacia pública”. No primeiro caso, há uma série de compromissos assumidos pelos governos centrais que clamam a participação dos governos municipais, como os Objetivos de desenvolvimento do Milênio da ONU, aprovado em 2000, que estabeleceram metas que dependem de políticas públicas municipais para ser alcançadas.

Dessa maneira, na segunda Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos (Habitat II), realizada em Istambul no ano de 1996, tem destaque pela primeira vez a atuação de uma comissão integrada por autoridades locais, juntamente com as organizações não governamentais (ONGs). O papel atuante dos atores subnacionais resultou na apresentação de um documento definindo as melhores práticas para resolver problemas habitacionais e para a comunidade. Boas ou melhores práticas constituem iniciativas e modelos de pensamento inovador, referência adotada por entidades locais e organizações de base, para resolver problemas para o bem da sociedade.

A experiência da Conferencia Habitat II sem dúvida aqueceu e estimulou a internacionalização de contatos entre poderes locais, bem como a criação de redes e de associações para cuidar dos interesses locais nos governos e organizações intergovernamentais. A agenda da Habitat II e seus desdobramentos (Habitat II + 5, etc) constituem elemento agregador permanente dos poderes locais em torno do denominado municipalismo da ONU (Rodrigues, 2004:448).

Situação que acaba criando marcos de possibilidades inovadoras de atuação das unidades federadas, redefinindo a relação entre as localidades e o seu posicionamento no cenário internacional. Conforme observa Gilberto Rodrigues (2004:441), é neste contexto que se abrem novos caminhos para a positivação do poder local na cena internacional, muito embora assimetricamente, pois somente algumas cidades, principalmente as globais, e em geral as capitais de estados, é que despertaram para o exercício político internacional e para o início de suas atividades paradiplomáticas.

Cidades globais, de acordo com Knox, são os “centros de poder com autoridade econômica e cultural no sistema mundial contemporâneo” (Knox e Taylor, apud Rodrigues, 2004: 443). Capitais ou grandes centros urbanos de países centrais, como Barcelona, Londres, Paris, Tóquio, Nova York, Toronto, entre outras,

e megacidades de países em desenvolvimento como São Paulo, Buenos Aires, Cidade do México, Hong Kong, Cingapura, por exemplo.

A cidade global consegue desenvolver uma política de atuação internacional sustentada pela própria condição de existência, permitindo ao agente político o exercício da paradiplomacia. Ou seja, a estrutura encontrada em metrópoles, como Rio de Janeiro (RJ) e São Paulo (SP), não será jamais a mesma da grande maioria dos demais Municípios brasileiros, que são de pequeno porte (CNM, 2009).

Estes eventos de grande repercussão criam marcos de possibilidades, fazem surgir o planejamento estratégico urbano e resultam na transformação e revitalização das cidades, permitindo à mesma tornar-se modelo de referência global. Como no caso da cidade de Porto Alegre, pela realização do Fórum Social Mundial, e Rio de Janeiro, sede da copa do mundo de 2014 e nos dias atuais, as Olimpíadas de 2106, que atrai olhares multidimensionais tanto de dentro para fora quanto de fora para dentro. Neste contexto, embora fora do cenário brasileiro, não podemos deixar de referenciar a cidade global de Barcelona, que ganhou destaque internacional em 1992, como sede das Olimpíadas.

As cidades brasileiras que mais se aproximam ou estão inseridas neste cenário são:

### ***Curitiba***

Capital do estado do Paraná, na região sul do país Curitiba é uma vitrine do Brasil ambientalmente correto, reconhecida nacional e internacionalmente como exemplo de cidade como melhor qualidade de vida, resultado do eficiente e bem sucedido planejamento urbano local, modelo referencial de desenvolvimento urbano constantemente usado por inúmeras outras localidades. Curitiba é um dos casos mais bem-sucedidos de referencia também em publicações acadêmicas internacionais e no circuito das organizações internacionais da ONU (Rodrigues, 2004: 455).

### **Belo Horizonte**

A política de internacionalização da capital do estado de Minas Gerais tem como foco específico a boa governança, a gestão pública e o desenvolvimento de programas e políticas públicas. Neste sentido, o Município busca inserir-se em redes internacionais que correspondam às expectativas da mesma no meio internacional. Belo Horizonte é a coordenadora nacional da Associação Internacional das Cidades Educadoras (Aice) e a única representante brasileira na rede *Switch*, que aborda a gestão da água urbana integrada aos impactos sociais, econômicos e ambientais. O Município atrai inúmeros eventos no tema da cooperação descentralizada como o Encontro Franco-Brasileiro, o II Fórum de Brasil-Itália, entre outros. Belo Horizonte tem se destacado por suas ações voltadas ao desenvolvimento sustentável, o que tem trazido à cidade visibilidade internacional.

### **Porto Alegre**

Capital do Rio Grande do Sul, a cidade tem como característica marcante a continuidade na formulação e na implementação de políticas públicas. Porto Alegre ficou conhecida internacionalmente quando sediou o Primeiro Fórum Social Mundial (FSM), evento realizado paralelamente ao Fórum Econômico Mundial de Davos (Suíça), em 2001, para servir de contraponto e fortalecimento do movimento crítico antiglobalização. Porto Alegre tem seu registro nos palcos internacionais também por ser o primeiro município a adotar Orçamento Participativo (OP), prática de distribuição de recursos públicos política apresentada inicialmente na Conferência Habitat II, que se consolidou como uma boa prática de referencia de poder local que tem por fim melhorar a qualidade de vida.

### **Rio de Janeiro**

Capital do estado do Rio de Janeiro, situado na região sudeste do país, o Rio de Janeiro é a segunda maior metrópole do Brasil, importante agente ativo relacionado a eventos excepcionais como a Eco 92 (CNM, 2009). Sede do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (UN – Habitat), o município foi indicado a ser um entre os vinte representantes que compõem o Comitê Consultivo de Autoridades Locais das Nações Unidas (Unacla), tendo sediado, em 2010, o *V Foro*

*Urbano Mundial*, organizado por essa agência. Foi declarada pela UNESCO, em 1 de julho de 2012, Patrimônio Mundial. É a primeira cidade do mundo a ganhar este título na categoria Paisagem Natural.

O município está presente nas principais instituições internacionais de cidades, como a rede Cidades e Governos Locais Unidos – CGLU, ao nível global e as Mercocidades – ao nível regional. O Rio de Janeiro possui atualmente trinta cidades-irmãs internacionais. Essas parcerias e acordos intermunicipais possibilitam um maior diálogo e ação conjunta internacional, sobretudo por meio de trocas de informação e transferência de políticas públicas e de gestão.

### **São Paulo**

A cidade de São Paulo é o centro financeiro, comercial, tecnológico e logístico do Brasil e palco de um intenso fluxo de migrantes internos e estrangeiros, que a caracteriza como cidade global ou mundial, e, como bem lembra Gilberto Rodrigues, plenamente apta a se inserir com peso nas relações internacionais (2004:457). A Secretaria Municipal de Relações Internacionais (SMRI) de São Paulo, criada em 2001, teve como objetivos inicialmente: a) reinserir São Paulo no cenário internacional; b) favorecer o desenvolvimento econômico e a superação de suas limitações financeiras; c) divulgar no exterior as políticas inovadoras e de sucesso no campo social, e de gestão pública do governo municipal, que busca ocupar um lugar de destaque, compatível com uma cidade do porte de São Paulo, em redes e instituições internacionais ativas (ibidem, 458).

Temos assim um processo em curso irreversível, as atividades internacionais de municípios que vêm crescendo nas últimas décadas, em virtude da descentralização administrativa e da ampliação das responsabilidades sociais das prefeituras, associados aos desafios lançados pela globalização que provocam mudanças no papel de atuação das cidades, inclusive na arena internacional.

## **1.6 POLÍTICA EXTERNA SUBNACIONAL NO BRASIL, AGENDAS E INFLUÊNCIAS**

Com o fortalecimento do regime federativo no Brasil, argumenta Prazeres (2005:299), as iniciativas paradiplomáticas adquirem maior relevância, e os municípios passam a adquirir espaço próprio na arena internacional.

A paradiplomacia municipal brasileira cresceu mais rapidamente do que a estadual, por dois motivos, salienta Salomón (2011: 279): influencia do movimento internacional de cidade, intensificado em 1996, com a realização da conferência das nações Unidas Habitat II e, em 2004, com a criação da Organização Mundial Cidades e Governos Locais (CGLU). A eleição do partido político dos trabalhadores (PT) aos governos municipais em várias cidades também é destacada como fator determinante da paradiplomacia brasileira.

Atualmente, cerca de 30 cidades grandes ou médias possuem algum tipo de estrutura institucional, seja por meio de uma Secretaria, coordenação ou assessoria na área de relações internacionais (CNM, 2009). Algumas cidades desenvolvem atividades internacionais mesmo sem uma estrutura administrativa específica para tal fim.

Na dinâmica de internacionalização as principais funções identificadas são a captação de recursos e promoção comercial e econômica, principalmente a cooperação internacional – tanto bilateral quanto multilateral. Os atores subnacionais buscam nos projetos de cooperação técnicas, entre outras práticas, o intercâmbio de informações ou a participação em redes transnacionais de governos subnacionais.

O primeiro município brasileiro a se internacionalizar foi o Rio de Janeiro (1987). Porto Alegre, por sua vez, cria uma secretaria Especial para a Cooperação Internacional e a Captação de Recursos em 1994, sendo considerada uma das gestões públicas paradiplomática mais atuantes no país. A cidade de São Paulo, que formaliza a criação da Secretaria Municipal de Relações Internacionais (SMRI) no ano de 2001, transformou-se em modelo para a maioria dos órgãos de relações internacionais no Brasil, pela intensa e ativa participação em movimentos internacionais de governos locais. Porém, com a mudança de gestão pública em 2005, o foco principal da SMRI volta-se para a promoção comercial e atração de investimentos privados.

Outro município que se destaca é Guarulhos, por sua forte atuação nas redes internacionais de cidades, como a Mercocidades e a Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU), objetivando dar projeção internacional para a cidade.

Outra maneira de ação internacional são as viagens realizadas ao exterior por autoridades de unidades subnacionais, exemplificadas pela atuação do governo catarinense, que entre 2000 e 2001 realizou viagens a diversos países como Chile, China, Espanha, Estados Unidos, França, Holanda, Índia, Reino Unido, Rússia.

E a hospedagem de representações de unidades federadas ou regionais de outros países, a participação de unidades federadas nos trabalhos de conferências ou organizações internacionais, nas representações diplomáticas em capitais estrangeiras ou nas missões oficiais do governo brasileiro a países estrangeiros.

O Observatório da Cooperação Descentralizada no Brasil - OCDB, elaborado e publicado pela Confederação Nacional de Municípios (CNM, 2009) para diagnosticar e avaliar a atuação internacional dos Municípios brasileiros indica como principais motivos para a atuação internacional das cidades brasileiras a captação de recursos e a participação em redes de cidades.

As redes são associações de cidades que se relacionam de forma horizontal objetivando um interesse comum. Os programas e redes de cooperação multilateral entre atores subnacionais são as funções que mais têm contribuído para o desenvolvimento da paradiplomacia brasileira (SALOMÓN, 2011: 285).

A participação nas redes de cidades e na institucionalização do movimento internacional das cidades teve grande influência na maneira dos governos municipais brasileiros organizarem suas estratégias e instituições paradiplomáticas. Entre as redes de cooperação multilateral que apresentam objetivos mais específicos e que os governos subnacionais brasileiros participam está a Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE), o Centro Internacional para o Desenvolvimento Estratégico Urbano, o Conselho Internacional para as Iniciativas Locais Ambientais (ICLEI), entre outras.

## **1.7 A COOPERAÇÃO DESCENTRALIZADA E AS REDES INTERNACIONAIS DE CIDADES**

Ser um ator na agenda global requer alianças que o permita participar e influenciar na tomada de decisão sobre temas que os afetam. Motivo pelo qual é

indispensável o trabalho em redes de cidades, consolidadas como importante instrumento de intercâmbio e plataforma política, por Ana Amélia Alvarez Serra:

Durante os processos de descentralização da década de 1980, as cidades [...] ampliaram, em maior ou menor medida, suas competências e responsabilidades, passando a assumir importantes papéis como promotores do desenvolvimento. Além disso, as mudanças na economia global impactaram diretamente a realidade subnacional, exigindo destes uma postura mais ativa para enfrentar os novos desafios. Neste contexto, a formação de redes de cidades e regiões se consolidou como instrumento importante de intercâmbio e de plataforma política (SERRA, 2009: 79).

Segundo a Confederação Nacional de Municípios a quantidade de redes existentes dificulta a decisão dos Municípios sobre em qual delas participar. Destacamos algumas redes relacionadas pela Federação Nacional dos Prefeitos, o que não significa que esgotamos e/ou que relacionamos as mais relevantes redes e associações de cidades, muito havendo para se explorar neste tema, porém não o faremos por não ser objetivo específico deste trabalho.

### **Agencia Brasileira de Cooperação (ABC)**

Que integra a estrutura do Ministério das Relações Exteriores (MRE) e tem como atribuição negociar, coordenar, implementar e acompanhar os programas e projetos brasileiros de cooperação técnica, executados com base nos acordos firmados pelo Brasil com outros países e organismos internacionais. Em especial a favor da cooperação internacional descentralizada, a ABC lançou dois programas de cooperação que possibilitaram que cidades brasileiras cooperassem com cidades em outros países através de recurso do Governo Federal. São eles: Programa de Cooperação Trilateral Brasil - França e Programa de Cooperação Sul-Sul.

### **ICLEI - International Council for Local Environmental Initiatives**

É uma associação democrática e internacional de governos locais e organizações governamentais nacionais e regionais que tem como compromisso o desenvolvimento sustentável. Atualmente, mais de 1.200 cidades, municípios e associações fazem parte da comunidade de membros do ICLEI. Esta rede tem

desempenhado um papel relevante em propor soluções para minimizar os efeitos do aquecimento global.

### **Foro Consultivo de Municípios, Estados Federado, Províncias e Departamentos do Mercosul (FCCR)**

Criado em dezembro de 2004, durante a reunião do Conselho do Mercado Comum do Sul (Mercosul), na cidade brasileira de Belo Horizonte (MG), o FCCR, que substituiu a antiga Reunião Especializada de Municípios e Prefeituras (REMI), está formado por um Comitê de Municípios e um Comitê de Estados Federados, Províncias e Departamentos, e tem por finalidade "estimular o diálogo e a cooperação entre as autoridades a nível municipal, estadual, provincial e departamental dos Estados Partes do Mercosul".

### **Fórum Nacional de Secretarios e Gestores Municipais de Relações Internacionais (FONARI)**

Tem por objetivo a articulação dos municípios para o desenvolvimento de relações internacionais descentralizadas e a troca de experiências bem sucedidas.

### **Fundo Mundial para o Desenvolvimento das Cidades (FMDV)**

É uma rede internacional de governos locais especializada em questões de financiamento do desenvolvimento urbano e desenvolvimento econômico local. Criada em 2010 pelas redes internacionais de autoridades locais Metrópolis e Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU), sua missão é apoiar governos locais em adquirir as capacidades técnicas e financeiras para atender suas necessidades de desenvolvimento. Este apoio ocorre através de assessoria técnica em todas as etapas de projetos de desenvolvimento (viabilidade, concepção, implementação e avaliação); engenharia financeira para captar recursos nas melhores condições; e divulgação de informação e intercâmbio de experiências a través de publicações, seminários, treinamentos e fomento a cooperação descentralizada.

### **Rede de Cidades C40 (C40 Cities Group)**

Fundada em 2005, reúne atualmente um grupo de 59 grandes cidades mundiais engajadas na redução das emissões de gases do efeito estufa e na mitigação dos riscos provenientes das mudanças climáticas. No Brasil as cidades de São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ) e Curitiba (PR) pertencem à rede. A rede C40 contribui para que as cidades possam identificar, desenvolver e implementar políticas e programas locais que tenham impacto global.

### **Rede Cidade Educadora**

O conceito de Cidades Educadoras desenvolveu-se em Barcelona a partir de 1990, quando representantes de governantes da região estabeleceram o objetivo comum de trabalhar em projetos e atividades para melhorar a qualidade de vida de seus habitantes. Quatro anos mais tarde, durante a realização do III Congresso em Bolonha, foi formalizada a Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE) e aprovada a Carta de Princípios da entidade. A Declaração de Barcelona preconiza que “a cidade educadora é um sistema complexo em constante evolução e pode exprimir-se de diferentes formas, mas dará sempre prioridade absoluta ao investimento cultural e à formação permanente da sua população”. A AICE reúne mais de 400 cidades de 35 países, sempre com o objetivo de trabalhar coletivamente para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. Os princípios são os mesmos em qualquer localidade, mas cada município faz as adaptações de acordo com realidade e local.

No XI Congresso Internacional, em Guadalajara - México/2010, além das diversas temáticas – educação, cultura, turismo, dentre outras -, foi acrescentado, na Carta de Princípios, o tema Esporte, políticas públicas e cidadania que insere a importância das atividades físicas como educação para saúde, e, principalmente, como construção do vínculo comunitário, através dos processos de inclusão social e competências na interação com pessoal qualificado como medida de prevenção de enfermidades promovendo também a transversalidade nas políticas públicas.

### **Rede Mercocidades**

A Rede Mercocidades foi fundada em 1995, a partir de uma visão política, fundamentada na proposta de criação de uma associação de cidades do Mercosul. É uma rede de cooperação horizontal integrada atualmente por 293 cidades-membros de Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, Venezuela, Chile, Bolívia, sendo mais de 100<sup>1</sup> dessas cidades brasileiras.

Apesar de ter preocupação com o âmbito econômico, tem como principal intuito a integração cultural e social, de modo que o foco se dá na troca de informações e experiências entre as cidades-membro bem como o desenvolvimento, em parceria, de projetos para melhorias das cidades, preservação do meio ambiente, o estímulo da participação da população na política, na economia e no convívio social.

Mesmo não estando diretamente na estrutura institucional do bloco, a rede cumpre sua função de articulação, organização e desenvolvimento da cooperação entre as cidades da região em torno de programas e projetos de interesse comum.

Para que essa integração e ajuda mútua pudesse ocorrer de forma plena, a rede foi dividida em Unidades Temáticas. Atualmente a rede dispõe de quinze Unidades Temáticas<sup>2</sup> dedicadas ao aprofundamento de temas específicos que demandam maiores cuidados e atenção.

Para que um município se associe à rede é necessário que os Chefes de governo das cidades-membro aprovelem a entrada do novo parceiro. O município interessado deve emitir uma carta assinada pelo prefeito à Secretaria Executiva da

---

<sup>1</sup> Dentre as cidades: Alvorada, Anápolis, Araraquara, Barra do Ribeiro, Bela Vista, Belém, Belo Horizonte, Brasília, Camaçari, Campinas, Caxias do Sul, Contagem, Coronel Sapucaia, Cuiabá, Curitiba, Diadema, Dourados, Esteio, Florianópolis Fortaleza, Foz do Iguaçu, Goiânia, Gravataí, Guaíba, Guarulhos, Indaiatuba, Jacareí, Joinville, Juiz de Fora, Limeira, Londrina, Macaé, Mauá, Maringá, Mossoró, Niterói, Osasco, Paranhos, Penápolis, Piracicaba, Porto Alegre, Praia Grande, Recife, Ribeirão Preto, Rio Claro, Rio de Janeiro, Rio Grande, Salvador, Santa Maria, Santana de Parnaíba, Santa Vitória do Palmar, Santo André, Santos, São Bento do Sul, São Bernardo do Campo, São Borja, São Caetano do Sul, São Carlos, São José do Rio Preto, São Leopoldo, São Paulo, São Vicente, Sumaré, Suzano, Taboão da Serra, Teresina, Uberlândia, Uberaba, Várzea Paulista, Viamão, Vitória, Vitória da Conquista, entre outras.

<sup>2</sup> As 15 Unidades Temáticas são: Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Autonomia, Gestão e Participação; Ciência e Tecnologia; Cooperação Internacional; Cultura; Desenvolvimento Econômico Local; Desenvolvimento Social; Desenvolvimento Urbano; Educação; Esportes; Gênero e Município; Juventudes; Planejamento Estratégico; Segurança Cidadã, Turismo e Grupo de Comunicação.

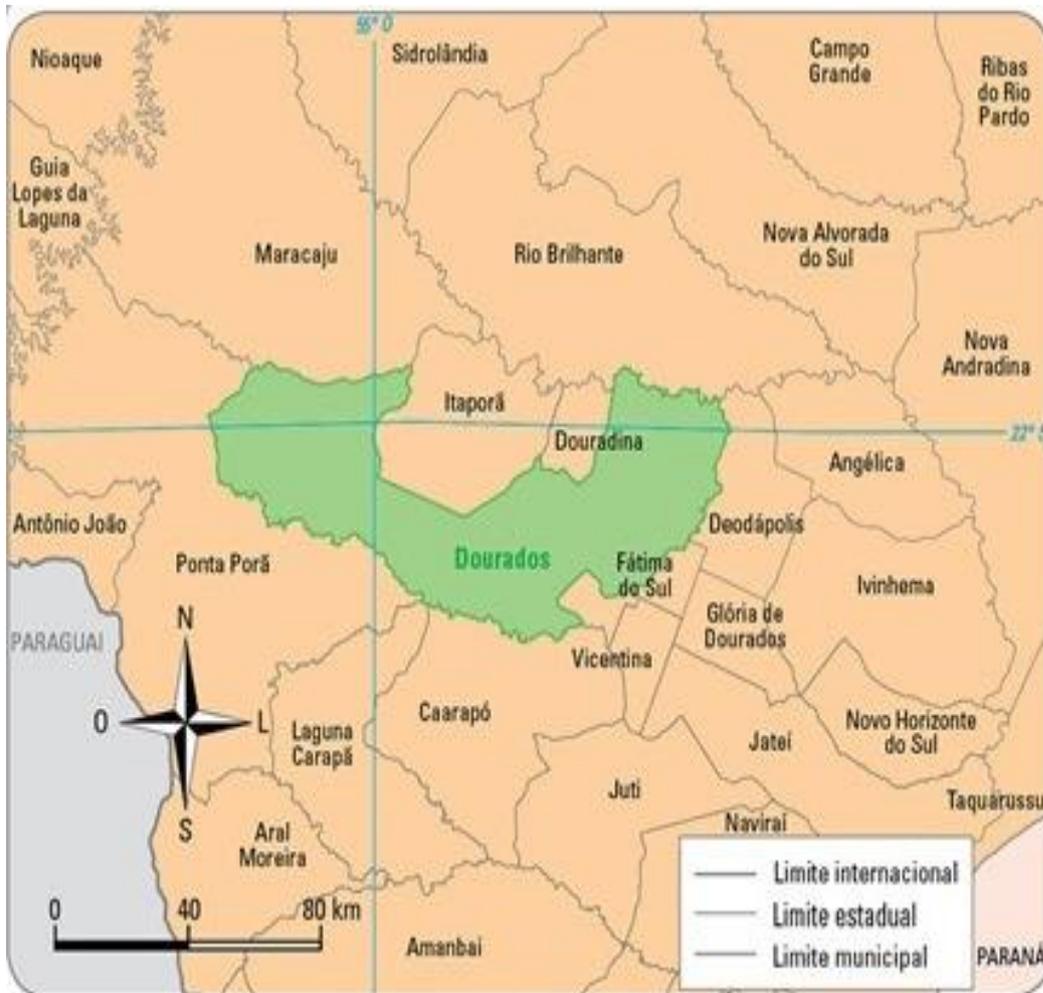
Rede, que é sediada em Montevideu, além de atender e se enquadrar às normas e exigências do Estatuto das Mercocidades.

Prospectos estes que foram seguidos pelos agentes públicos municipais de Dourados, quando do convite para associar-se à rede Mercocidades, como descrito no item referente às ações internacionais realizadas que pesquisamos e identificamos, como pode se observar na terceira parte deste estudo.

## 2. O CASO DO MUNICÍPIO DE DOURADOS E O CONTEXTO LOCAL

O Município de Dourados está localizado na região centro oeste do Brasil, no centro sul do estado do Mato Grosso do Sul (MS), ocupando uma área de 4.086,24km<sup>2</sup>. Suas terras fazem divisa ao Norte: com Rio Brilhante, Maracaju, Douradina e Itaporã; ao Sul: com Fátima do Sul, Caarapó, Laguna Carapã e Ponta Porã; ao Leste com Deodápolis. E a oeste: também com Ponta Porã, município este que se situa na fronteira com o Paraguai (Imagem 01).

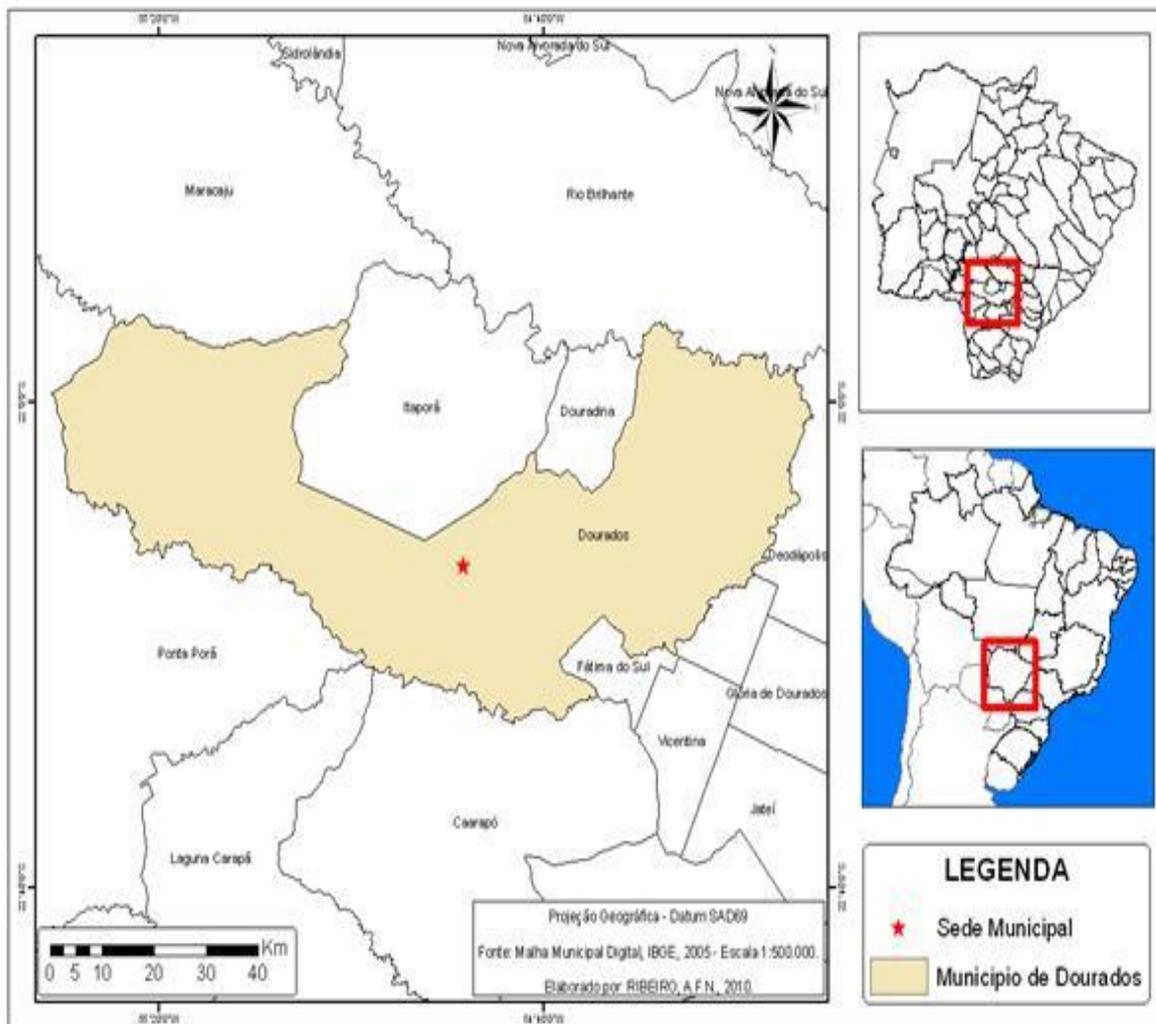
IMAGEM 01 – Município de Dourados – político, 2012.



Fonte: Perfil Socioeconômico de Dourados (MS), 2015.

Dourados exerce forte influência na região, em face da privilegiada posição geográfica, na região, no país e no continente, o que garante à cidade um importante papel central na geopolítica regional (Imagem 02).

IMAGEM 02 – Mapa da posição geográfica de Dourados-2015



Fonte: IBGE, apud Perfil Socioeconômico de Dourados (MS), 2012.

Sua distância em relação à capital do estado, Campo Grande, é de aproximadamente 214,00 km (Imagem 03).

A distância média até a cidade global de São Paulo é de 1.000,00 km, e da capital federal, Brasília, 1.352,00 km. Já em relação à cidade paraguaia de Pedro Juan Caballero, a distância a ser percorrida é de apenas 120,00 km (Imagem 04). O que significa que a cidade situa-se a 120 km da fronteira com o Paraguai, dado que caracteriza Dourados como uma cidade fronteiriça, importante aspecto destacado no levantamento do Observatório da CNM (2009), como uma das características que favorecem a atuação externa dos entes subnacionais.

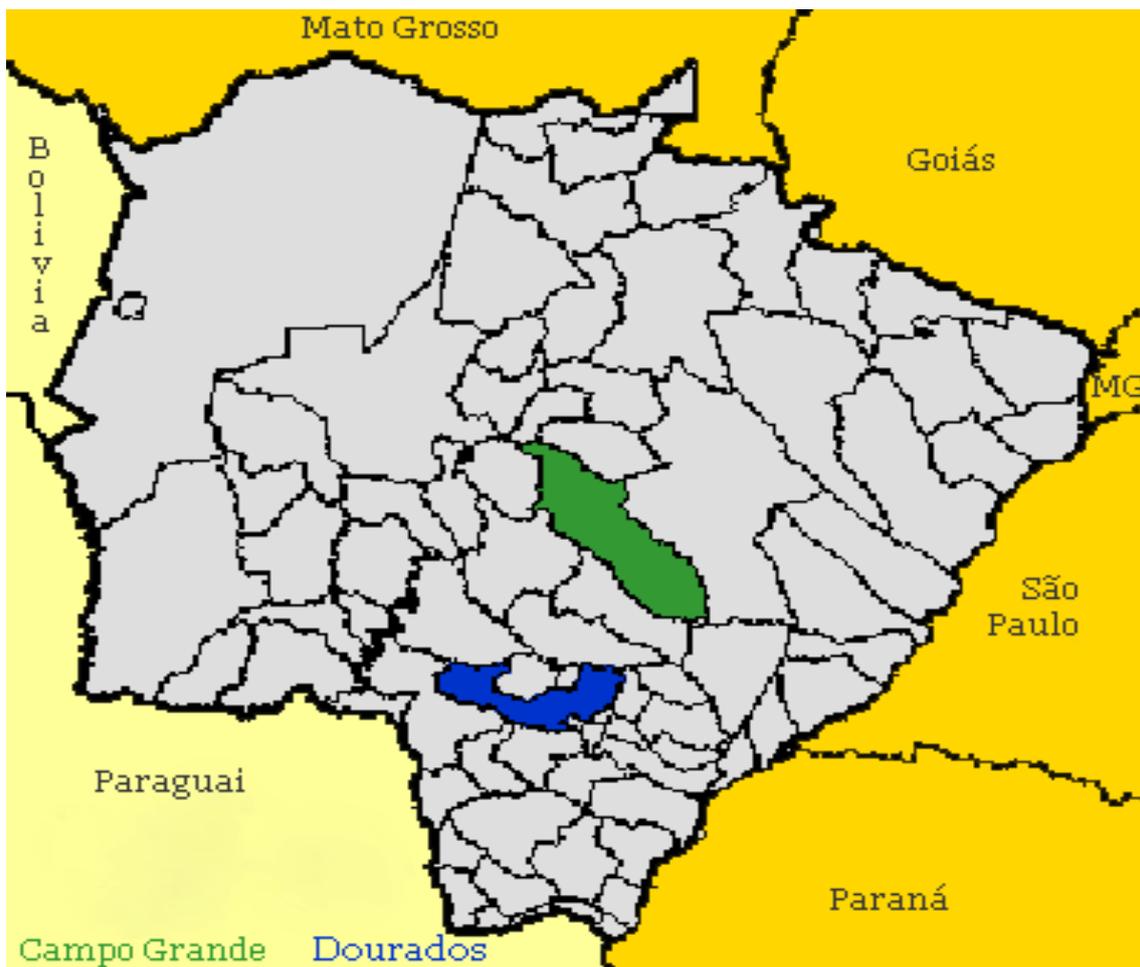
IMAGEM 03 – Localização do município de Dourados no mapa de Mato Grosso do Sul



Fonte: Perfil Socioeconômico de Dourados (MS), 2015.

A proximidade com fronteiras internacionais abrem perspectivas de integração com outras nações do continente, como o Paraguai, a Bolívia e Argentina, características estas que lhe confere vantagens econômicas e geográficas (Imagem 04).

IMAGEM 04 – Estado do Mato Grosso do Sul – político, 2012.



Fonte: Perfil Socioeconômico de Dourados (MS), 2013.

A hidrografia do município, que está localizado na bacia do Rio Paraná, formando um divisor de águas entre os rios Dourados (ao sul) e o Brilhante (ao norte), além dos rios Santa Maria e Peroba, todos situados ao longo de áreas de relevo plano e solos férteis ideais para a produção agrícola, atividade esta que é uma das molas propulsoras da economia douradense.

No que diz respeito ao meio ambiente e sustentabilidade, há que se destacar que parte do maior manancial de água doce subterrânea transfronteiriço do mundo, o Aquífero Guarani, está situado na região de Dourados. A manutenção e preservação do mesmo demanda pesquisa de alternativas racionais de uso deste recurso, importante reserva estratégica para o abastecimento de água, não apenas local, mas também regional.

O processo de ocupação do território acompanhou os ciclos econômicos do país. O seu desenvolvimento foi marcado inicialmente pela cultura pastoril e também

pela extração da erva mate nativa, feita por pequenos agricultores e, principalmente, pela Companhia Matte Laranjeira S/A, que detinha o monopólio da exploração, comércio e exportação do produto, como evidencia a referencia da historiadora Lori Gressler:

Após o término da Guerra do Paraguai (1870), deu-se o início de um povoamento mais efetivo na região, apesar já ter sido percorrida pelos espanhóis e pelos bandeirantes que buscaram por riquezas naturais e pelo elemento indígena, causado principalmente pela fixação de ex-combatentes; pela vinda de gaúchos, fugitivos das consequências da revolução federalista, ocorrida no Rio Grande do Sul, entre 1893 e 1895; pelo desenvolvimento da penetração da cultura pastoril, originária de Minas Gerais; e principalmente pela ação da Companhia Matte Laranjeira S/A, que deteve o monopólio da exploração dos ervais em toda a região, entre os anos de 1882 e 1924 (GRESSLER; SWENSSON, 1988: 54).

Entre 1904 e 1914, a atual região do Mato Grosso do Sul foi favorecida pela implantação de uma importante obra de infraestrutura, a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, que teve função político-estratégica no desenvolvimento da região sul do estado. Sua construção, que se iniciou em Bauru (SP) teve como destino a cidade de Corumbá (MS), importante centro do comércio fluvial situado às margens do rio Paraguai, possibilitando assim a substituição dos fluxos comerciais pelo sistema fluvial Paraná/Paraguai.

A rede ferroviária que ligou o Estado ao sudeste brasileiro, incluiu também um ramal até Ponta Porã, e a posterior ampliação até Santa Cruz de la Sierra, na Bolívia. Esta medida se pautava numa política de povoar os espaços vazios, induzindo a ocupação das áreas de fronteiras, integrando a região ao território brasileiro, possibilitando o surgimento e criação de um pólo de desenvolvimento regional.

Investimentos potenciais na agricultura e pecuária foram fundamentais para o desenvolvimento urbano e regional, impulsionando a dinâmica econômica e populacional, resultando na criação do município de Dourados. A emancipação do município ocorreu em 20 de dezembro de 1935, através do desmembramento de parte da área do então território federal de Ponta Porã, determinado pelo Decreto n. 30 de autoria do então governador do estado de Mato Grosso, Mário Correa.

A política econômica do estado do Mato Grosso do Sul, e em especial de Dourados, foi marcada pela política de integração nacional do governo federal. Ação que se transformou em um importante marco histórico do desenvolvimento fundiário da cidade, tendo suas origens na criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados,

em 1943, pelo presidente Getúlio Vargas. Esta política estimulou a vinda de colonos brasileiros e estrangeiros, especialmente japoneses, entre outros interessados no assentamento rural, acelerando a urbanização e o desenvolvimento econômico do município. A partir dos anos 1950, com a abertura de rodovias, acelerou-se seu desenvolvimento e Dourados tornou-se importante centro agropecuário e de serviços. A partir da década de 1960 e 1970, tem-se outro momento de intensificação da vinda de agricultores da região sul do país, que se dedicam ao cultivo da soja, do trigo e do arroz, que se transformou no grande exponencial da economia douradense. Nos anos 1990, além do crescimento da agropecuária, o desenvolvimento comercial e de serviços na zona urbana foi decisivo para que Dourados se consolidasse como pólo regional.

## **2.1 ASPECTOS SÓCIO-DEMOGRÁFICOS**

Fundada em fins do século XIX, a cidade foi povoada por migrantes mineiros, paulistas, paranaenses e rio-grandenses-do-sul, que vinham em busca de novas e férteis terras, além de ex-combatentes paraguaios e dos diversos grupos de etnias indígenas que aqui já viviam, cujos descendentes formam atualmente uma das maiores populações indígenas do Brasil. A população apresenta grande diversidade étnica e cultural, resultante da sua condição de cidade fronteiriça e da forte presença da população indígena, representando, historicamente, um importante papel na construção de identidade sociocultural da região.

Com uma população estimada atualmente em cerca de 210 mil habitantes (IBGE, 2014), na última década, entre 2000 e 2010 a população douradense apresentou um crescimento de 18,8%. Com densidade demográfica 47,97 habitantes/km<sup>2</sup> (IBGE/2010), é a 2<sup>a</sup> cidade mais populosa do estado do MS, superada apenas pela capital do estado, Campo Grande e o 55<sup>o</sup> maior município do Brasil. A população economicamente ativa, apontada no perfil sócio- econômico da cidade de 2012 é de 78.227 pessoas, sendo 47.452 homens e 30.775 mulheres.

A cidade apresenta um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,747 e índice GINI de 0,52 (PNUD, 2010). O IDHM é um índice composto que agrega três das mais importantes dimensões do desenvolvimento humano: a

oportunidade de viver uma vida longa e saudável, de ter acesso ao conhecimento e ter um padrão de vida que garanta as necessidades básicas, representadas pela saúde, educação e renda.

De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o IDHM brasileiro segue as mesmas três dimensões do IDH Global - longevidade, educação e renda. Entretanto, embora meçam os mesmos fenômenos, os indicadores levados em conta no IDHM são adequados para avaliar o desenvolvimento dos municípios brasileiros, uma vez que usam uma metodologia global de acordo com o contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais.

Como o IDHM varia de 0 até 1, quanto mais o índice aproxima-se de 1, maior apresenta-se o desenvolvimento humano local. Ou seja, os indicadores econômicos e sociais locais apresentados pelo município o consolidam no ranking das melhores cidades para se viver.

## **2.2 ASPECTOS ECONÔMICOS**

Sua economia é fortemente ligada ao comércio, ao campo, à produção de grãos e beneficiamento de produtos pela agroindústria. Como mencionado no início do estudo, o município de Dourados exerce grande influência regional, sendo considerado um dos pólos econômicos de Mato Grosso do Sul, por seu aspecto econômico baseado na agricultura, pecuária, indústria e comércio e também, pela sua infra-estrutura e serviços que a cidade disponibiliza.

O município possui a segunda maior economia do Estado do MS, tendo a segunda maior arrecadação de ICMS do Estado, e a primeira dos municípios do interior do estado. O seu Produto Interno Bruto (PIB), gira em torno de U\$ 1,7 milhões (5.583,504 mil reais), enquanto o PIB per capita é aproximadamente U\$ 8 mil (26.908,71 mil reais), o que lhe garante a 135ª posição na lista dos maiores municípios brasileiros em relação ao PIB (IBGE, 2012).

Segundo dados divulgados pelo IBGE, nos últimos dez anos o município de Dourados apresentou um aumento que representa mais que o dobro de seu PIB

registrado em 2003 (1,74 bilhões de reais), para 2013 (3,78 bilhões de reais), No período de 2005 a 2012 apresentou um crescimento percentual superior ao do próprio estado do Mato Grosso do Sul, apresentando uma variação positiva de 173%.

Sua estrutura econômica esta centrada na agroindústria regional, voltada para a exportação, principalmente da soja e milho. A cidade tem grande parte do território voltada para o setor primário, e tem como principais culturas o milho e a soja, e nos últimos anos também a cana-de açúcar. Em 2013 a cultura de soja, uma das mais importantes para o município, atingiu um valor de produção de 312 milhões, e produção do milho chegou a atingir a cifra de 162 milhões, com tendência de manutenção do crescimento da produção para 2014. Na pecuária destaca-se a criação bovina, suína e de aves, além da apicultura e criação de bicho da seda. A base da agricultura familiar está concentrada na criação de bovinos, especialmente na pecuária leiteira.

No setor secundário, de acordo com os dados apresentados no perfil sócio econômico da cidade (2012), o que se destacam são as indústrias de alimentos (farelo, álcool e açúcar), que somam um total de 448 indústrias de transformação. Entre os principais ramos elencados destacam-se a avicultura, a suinocultura, os frigoríficos e as usinas de beneficiamento de leite. A produção leiteira se apresenta como a terceira atividade econômica com maior valor bruto de produção.

No setor terciário, Dourados possui um bom desenvolvimento comercial e de serviços, sendo muito bem estruturada também no setor de saúde, referência em toda a região com especialidades médicas e rede hospitalar. A cidade exerce o papel de centro de serviços para uma região que compreende uma população estimada em torno de 841.986 habitantes, somando um PIB superior a 11 bilhões de reais (IBGE, 2009), o que afirma seu forte potencial no comércio e a grande disponibilidade e gerenciamento de serviços voltados para a dinâmica produtiva regional. Segundo o IBGE, no ano de 2009 a cidade possuía um total de 4.604 empresas atuantes.

No setor educacional, Dourados destaca-se de forma peculiar por possuir duas instituições públicas, a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e a Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, além de duas instituições de ensino superior privadas, o que lhe confere atualmente o título de cidade universitária, atraindo milhares de jovens que aqui vêm realizar seus estudos.

Possui uma boa infraestrutura urbana, incluindo um aeroporto local, além de fácil acesso ao aeroporto internacional, localizado na capital, Campo Grande. Sua posição geográfica privilegiada proporciona fácil acesso aos centros da região Sul e Sudeste do país, sendo passagem obrigatória para o Norte do Brasil. Como já foi destacado no início deste estudo, a localização regional estratégica como porta de entrada do bloco econômico do Mercosul abre perspectivas de integração com outras nações do continente, como o Paraguai, Bolívia e Argentina.

Características estas que lhe confere várias vantagens econômicas e geográficas, e elementos potenciais para atuar no cenário internacional, como se observa ao estudar o novo papel internacional dos entes subnacionais.

### **2.3 O NOVO PAPEL INTERNACIONAL DAS CIDADES**

Significa a redefinição no relacionamento entre as localidades e um novo papel no cenário nacional, provocando a busca de novas oportunidades de participação das unidades subnacionais nas relações internacionais. Cenário este que vem sendo acompanhado pela Associação Mundial de Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU), e por inúmeras outras redes de cidades.

Como temos visto neste estudo, diversas são as motivações para o novo comportamento das entidades subnacionais, como a atuação na esfera internacional, que pode advir de questões econômicas, entre outras. Brian Hocking sugere que:

Em contraposição à imagem realista/estatocêntrica da política internacional, existe aquela que foca os efeitos da interdependência econômica, as mudanças tecnológicas e os avanços na comunicação. Este conjunto criou, imediatamente, a oportunidade, o desejo e a necessidade de as localidades adotarem uma perspectiva internacional e, no caso dos governos centrais, de incentivarem o envolvimento controlado de regiões em áreas específicas das relações exteriores (2004:82).

Inúmeras são as capacidades e estratégias individuais de inserção na esfera internacional, podendo ocorrer pela divulgação das melhores práticas fruto da continuidade de políticas de boa governança, como mostra o caso de Curitiba e Porto Alegre, tornando-se marketing da cidade, ou através de estratégias que privilegiam a questão econômica, como São Paulo.

Nesse ímpeto, os Municípios brasileiros vêm aumentando a sua capacidade de articulação e comportamento internacional, incentivados por entidades representativas como a Confederação Nacional de Municípios (CNM), a Frente Nacional de Prefeitos (FNP) e redes internacionais de cidades.

Fator realçado pelas palavras de Tullo Vigevani (2005:14), que traz como uma possível razão para as cidades e estados do Brasil terem intensificado seus olhares para o mundo exterior, está no fato de que eles têm sido vistos como agentes de desenvolvimento econômico.

Neste sentido destacam-se as cidades médias que vêm desempenhando um papel relevante na dinâmica econômica do País, apresentando maior crescimento do que as outras cidades do Brasil, tanto em termos do produto interno bruto (PIB), quanto da urbanização. A indicação de Dourados como cidade média, nos leva a perpassar a temática apontando alguns critérios que identificam esta variável.

De acordo com o IPEA, um dos critérios mais aplicado para identificar as cidades médias é o seu tamanho populacional entre 100 mil até 500 mil habitantes, não fazer parte de regiões metropolitanas e apresentar um relativo grau de avanço em sua economia e infraestrutura. O quantitativo populacional não é considerado o elemento mais importante, mas sim o fato de que essas cidades costumam polarizar cidades menores e estabelecer em torno de si um entorno composto por centros urbanos que sofrem sua influência direta.

De acordo com a coordenadora de Desenvolvimento urbano da Diretoria de estudos Regionais e Urbanos do IPEA (2009), Diana Motta, a importância das cidades médias está no fato de que elas possuem uma dinâmica econômica e demográfica própria, o que lhes permite atender às expectativas de empreendedores e cidadãos, tornando-se locais privilegiados pela oferta de serviços qualificados e bem-estar que oferecem.

O quadro desenvolvido até aqui nos permite constatar a importância do comportamento no cenário internacional por parte das entidades subnacionais municipais, o que nos motiva a avançar em direção à leitura da realidade local, visando identificar os caminhos e desafios para projetar uma cidade de porte médio, como é o caso de Dourados, no plano internacional.

### **3. - DESAFIOS PARA INTERNACIONALIZAR A CIDADE**

A realidade denota um direcionamento tímido, iniciativas pontuais que se caracterizam como atividades internacionais, tais como a visita de representantes de outras cidades de outros países, como Paraguai e o Japão, um prêmio internacional recebido na gestão do prefeito do PT, Laerte Tetila (2001-2008), e que mostra ter sido uma gestão mais voltada para a esfera internacional, do que as gestões posteriores. Pelo levantamento empírico realizado constatamos que não existe gestão burocrática institucionalizada no município, e nenhum funcionário responsável pela coordenação e acompanhamento das atividades que relacionamos, o que indica que não existem registros históricos destas ações, que muito dificulta a elaboração de um diagnóstico preciso da cidade. Na secretaria municipal de desenvolvimento econômico tivemos acesso a uma minuta do acordo de irmanamentos da cidade com a localidade de Kearney (Nebraska), nos Estados Unidos, nada mais. Nem mesmo o registro histórico do processo de interlocução do acordo existe, a única pessoa que acompanhou o início do mesmo já não trabalha no município.

Importante ressaltar que este estudo possui o intuito de compreender o escopo da paradiplomacia e sua dimensão para a cidade. Assim, lançamos a pedra fundamental, não sendo possível esgotar o assunto neste primeiro momento, apenas o suficiente para elaborar um quadro da realidade local.

Muitos municípios brasileiros, principalmente os de porte médio, mantêm relações bilaterais com cidades estrangeiras, no intuito de promover visitas e encontros, alguns dos quais, ressalta Rodrigues (2009), resultam em acordos de irmanamentos (cidades irmãs) e/ou acordos de cooperação técnica. Em Dourados identificamos algumas iniciativas internacionais que classificamos em duas fases distintas, uma representada pela participação em redes internacionais, entre 2000-2008, e outra direcionada à recepção de missões estrangeiras e processos de irmanamentos de cidades.

No tocante à primeira fase, destacamos as seguintes iniciativas:

#### **I - Rede Cidade Educadora**

No ano de 2005, na gestão do prefeito do PT, Laerte Tetila, tem início o projeto de transformar Dourados em cidade educadora. Em 2006 se consolida o projeto Dourados: Cidade Educadora, filiada à Associação Internacional das Cidades Educadora (AICE), com projetos que visavam superar problemas como a educação para o trânsito e de conservação do meio ambiente. Dourados destacou-se por uma boa prática, projeto ambiental implantado em uma escola da aldeia indígena Bororó. Entretanto, com a mudança de gestão, em 2009, o Município não deu continuidade em sua atuação como cidade-membro, deixando de assumir qualquer papel protagonista dentro da Rede, perdendo a oportunidade trabalhar coletivamente para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, divulgar a cidade para o país e para o mundo.

A cidade educadora deve ter em vista a formação, promoção e o desenvolvimento de todos os seus habitantes, prioritariamente as crianças e jovens, além de incorporar pessoas de todas as idades, numa formação ao longo da vida. Para que esse projeto tome o curso é imprescindível o engajamento e o comprometimento do poder público, e também da sociedade civil organizada.

## **II - Rede Mercocidades**

No ano de 2007, após a consolidação do projeto Dourados: Cidade Educadora, filiada à Associação Internacional das Cidades Educadora (AICE), o então chefe do executivo da cidade de Dourados (MS), solicitou ao secretário municipal de governo, Wilson Valentim Biasotto, total empenho para a filiação da cidade também junto à Rede de Mercocidades. No ano de 2008, a cidade de Dourados foi aceita como cidade-associada da Rede Mercocidades.

Como vantagem da participação de Dourados na Rede destaca-se:

- a) participar em unidades temáticas com interesse e vantagem competitiva como: desenvolvimento econômico local, desenvolvimento social, educação, cooperação internacional, segurança e integração fronteiriça, entre outras;
- b) A situação geográfica da cidade: situada na faixa de fronteira com o Paraguai e região centro sul do Estado do Mato Grosso do Sul;

c) Fatores econômicos e logísticos: segundo maior PIB do MS, importantes rodovias e centro produtor de commodities agrárias.

Assim como ocorrido no esforço de constituir Dourados como “cidade educadora”, a mudança de gestão municipal mais uma vez afetou o andamento das ações internacionais do município, não dando continuidade em sua atuação e construção de redes internacionais, ensejando na perda de oportunidades em participação em fóruns, projetos e programas de cooperação, divulgação e atração de investimentos promovidos por iniciativa da Rede Mercocidades.

### **III – Prêmios de boa prática, acordos técnico científico de cooperação e missões estrangeiras**

Em 2005, Dourados recebeu prêmio de reconhecimento internacional como o título de destaque em educação concedido pela Lebrum Cultural de Portugal em 2005, período da administração do prefeito Laerte Tetila (PT). Segundo a matéria jornalística do Dourados News, a cidade recebeu também o título de destaque em gestão pública municipal pelo Instituto Ambiental Biosfera de Portugal, neste mesmo ano. O que significa que uma boa prática de gestão pública desenvolvida por uma administração local que melhore significativamente uma situação insatisfatória, e que traga benefícios para a comunidade pode servir de marketing para a cidade atrair investimentos.

Como reflexo da segunda fase, destacam-se as visitas internacionais, tanto recebidas, como prospectadas.

As visitas oficiais tornaram-se parte da prática municipal. No ano de 2012 o vice-ministro de Indústria e Comércio do Paraguai, Sr. Oscar Stark Robledo tratou da parceria entre Dourados e o país vizinho para a troca de experiências em industrialização, denominada de “Missão Técnico-Empresarial do Paraguai a Dourados”.

Dois anos depois, ainda na gestão de Murilo Zauith (PSB) uma comitiva presidida pelo governador da cidade japonesa de Wakayama, (Japão) visitou a cidade com a finalidade de estreitar as relações diplomáticas e fortalecer os laços entre os dois países, principalmente na possibilidade de gerar parcerias e investimentos japoneses em Dourados;

O acordo de cooperação técnico-científico internacional, resultante do Projeto Cidades Irmãs desenvolvido entre a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e a Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS), com a participação das cidades de Kearney, Nebraska (EUA) e de Dourados (BR), representou uma nova expectativa de relações internacionais por parte de Dourados. Assinado pelas entidades participantes o acordo versa sobre o Estabelecimento de uma Relação Internacional para Amizade e Cooperação, que tem por objetivo ampliar o desenvolvimento econômico, o comércio, o investimento e o turismo, bem como os vínculos da juventude, da educação e da cultura para ambas as cidades e as universidades, e aumentar a consciência de ambas as cidades como cidades de crescimento nos setores de saúde e das ciências da vida, das indústrias criativas, do turismo, da educação e da agricultura e indústrias relacionadas (Anexo A).

Quanto ao contexto político e jurídico do acordo, observamos a sintonia com os aspectos legais estabelecidos na Constituição de 1988, no que se refere ao papel de atuação internacional dos atores subnacionais, como já abordado neste estudo, o que significa que existe uma preocupação por parte do agente público municipal em não ferir ou sobrepor as competências constitucionais cabíveis a cada ente da federação. Este aspecto fica muito claro pelo parecer da Procuradoria Geral do Município (PGM), em resposta à consulta realizada através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, em julho de 2015 (Anexo B), de que o instrumento não apresenta nenhum impedimento para concretização do mesmo, justificando não se tratar de tratado internacional de caráter político, vez que este é de competência legal exclusiva da União.

Esperamos que o Acordo de irmanamento supra-citado, valorize o aporte qualitativo desta parceria, tornando-se um fio indutor para o efetivo comportamento de Dourados nos palcos das relações internacionais, servindo como potencial para o desenvolvimento, a segurança e bem estar social da comunidade local, perspectiva que encontra eco nas palavras de Kjeld Jakobsen:

O desenvolvimento de relações internacionais municipais só faz sentido se estiver acoplado à concepção do papel do Estado como indutor de desenvolvimento e provedor de bem estar-social, e não a partir da posição neoliberal de que estes fatores brotam do funcionamento das leis de mercado e da livre-iniciativa (2009:25 e 26).

#### **IV- Outras iniciativas que auxiliam o desenvolvimento internacional de Dourados**

A criação e implantação da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), possibilitou o importante debate para fomentar o processo de internacionalização institucional. Em 2007, formaliza-se a criação do Escritório de Assuntos Internacionais (ESAI), visando promover o intercâmbio acadêmico de alunos, professores e técnicos administrativos, articular e elaborar projetos internacionais entre outras atribuições. Desde então a UFGD vem sendo representada pela equipe do ESAI em vários eventos, em diversas partes do Brasil e do mundo. O núcleo vem desenvolvendo um conjunto de políticas que beneficiam, não apenas a comunidade acadêmica, mas a sociedade como um todo. Segundo o relatório de gestão do ESAI, de 13/setembro/2011 à dezembro/2014, entre as ações desenvolvidas relacionam-se associações a grupos, formalizações de redes, adesões a programas de intercâmbio, como a Mobilidade Mercosul, aderido pela UFGD no final de 2010, formalização de acordos de cooperação com instituições e organismos estrangeiros de diversos países como Canadá, Chile, Colômbia, Espanha, Eslovênia, Itália, Paraguai, Portugal, Tailândia, Moçambique, a criação de cursos de português para estrangeiros, além da relevante intermediação de mobilidades acadêmicas, somando 176 estudantes que saíram em mobilidade acadêmica internacional e 36 estrangeiros que foram recebidos pela UFGD, beneficiando-se dos programas e acordos de cooperação pactuados.

Sobre a sua posição estratégica face à faixa de fronteira, Dourados é indicada como cidade polo no Plano de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira do Estado de Mato Grosso do Sul – PDIF/MS.

De acordo com a Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico do Mato Grosso do Sul (SEMADE/MS), o PDIF/MS é referência para os gestores públicos do ponto de vista do favorecimento da integração fronteiriça, visando a diminuição das desigualdades entre as regiões do Estado, e aumentar a riqueza, com responsabilidade social e ambiental, incluída na visão de futuro do Plano de Desenvolvimento Regional de Mato Grosso do Sul (PDR-MS 2030), por meio do fortalecimento institucional e uma concertação transnacional com arranjos geradores de sustentabilidade contínua e permanente.

O PDIF/MS em conformidade com as diretrizes nacionais (PDFF) defende o fortalecimento dos processos de mudança a partir do estímulo à formação de redes de atores locais. Transformar a economia da Faixa de Fronteira em produtora e exportadora de produtos e alimentos para outros mercados, com seus setores produtivos desenvolvidos, integrados, dinamizados e comercialmente competitivos, alcançando a melhoria na renda e, conseqüentemente, a qualidade de vida da comunidade envolvida. Dourados poderia buscar atrair investimentos e induzir a expansão dos negócios que se caracterizem como potenciais, e através da cooperação técnica viabilizar projetos e recursos financeiros do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste / FCO, do BNDES e outros, com objetivo de ampliar e diversificar as atividades produtivas na faixa de fronteira, o que inclui o território douradense.

A partir da tratativa do PDIF, estabelecer condições favoráveis para o desenvolvimento das relações mercadológicas, de âmbito nacional e internacional, norteadas pelas características econômicas e sociais do município de Dourados.

### **3.1 VANTAGENS POLÍTICAS E ECONÔMICAS PARA A INTERNACIONALIZAÇÃO DE DOURADOS E PROPOSTAS INICIAIS**

O fato de os municípios fortalecerem sua posição como esfera do Estado e ter demandas concretas que não são devidamente atendidas pelos governos centrais, reforça a procura da inserção internacional dos governos municipais. [...] basicamente as cidades grandes e algumas de porte médio que têm capacidade e recursos para adotar iniciativas neste campo e mantê-los. [...] o desenvolvimento de relações internacionais municipais só faz sentido se estiver acoplado à concepção do papel do Estado como indutor do desenvolvimento e provedor do bem estar social (JAKOBSEN, 2009:25)

É importante para uma cidade projetar-se internacionalmente, mostrar seu potencial de desenvolvimento para conseguir atrair missões estrangeiras e investimentos, por exemplo. E os governos municipais podem trabalhar no intuito de conseguir recursos, cooperação técnica internacional, realizar empréstimos de instituições financeiras no exterior, atuar em associações e redes internacionais buscando influenciar as políticas de organismos internacionais que afetam

sobremaneira as cidades, como o já mencionado Habitat entre outros programas da ONU, por exemplo.

Neste sentido os governos subnacionais encontram na paradiplomacia um instrumento para sua inserção na arena internacional. Qualquer município poderia desenvolver uma agenda internacional, por menor e menos recurso que tenha, (RODRIGUES, 2009), porém nem todos os municípios possuem capacidade ou vantagens no campo de atuação internacional.

No caso da cidade de Dourados elencamos algumas características que denotam vantagem competitiva que o município possui para desenvolver sua política externa:

a) Desenvolvimento econômico local, desenvolvimento social, educação, cooperação internacional, segurança e integração fronteiriça.

b) A situação geográfica da cidade: situada na faixa de fronteira com o Paraguai e região centro sul do Estado do MS, condição potencialmente favorecida pela posição geográfica no centro sul do Mato Grosso do Sul, situando-se entre as duas maiores hidrovias da América Latina, a do Rio Paraná-Tietê e a do Rio Paraguai, sinalizam uma vantagem comparativa. (PRADO, 2013: 92).

c) Fatores econômicos e logísticos: o fato de registrar o maior PIB do MS, ocupando a posição de centro produtor e exportador de commodities agrárias, condição favorecida pela importante logística, composta por uma rede de malha rodoviária que interliga o meio produtivo aos portos de escoamento e centros consumidores.

d) Curso de graduação em Relações Internacionais na UFGD, gerando mão de obra especializada, além de um curso de pós-graduação em estudos ligados à temática fronteiriça, com início previsto ainda para o ano de 2016.

Por mais que as dificuldades encontradas para diagnosticar as poucas ações realizadas no plano internacional, por parte da entidade subnacional douradense, não impedem, tampouco desestimulam o interesse por esta importante área ainda pouco explorada pelas gestões municipais.

Esta situação poderia ser resolvida com a implantação de um setor burocrático no Município que tenha por atribuição as relações internacionais e a interlocução com outros atores no cenário internacional. A partir da estruturação organização, realizar

um estudo criterioso para diagnóstico do potencial real da cidade no plano internacional, e criação de uma agenda política externa.

Mister se faz buscar a institucionalização de uma maneira que não se interrompa por mudança de gestão pública ou mero desinteresse do agente público. Isto poderia ser mitigado através de uma gestão compartilhada multipolar, com o envolvimento não apenas do executivo, mas também do legislativo, sociedade civil organizada, empresários, e setor educacional, que já possui a disposição do município, experiência e recursos humanos que podem auxiliar em ações de internacionalização.

Percebemos como possíveis eixos de desenvolvimento para além das fronteiras do território a cooperação internacional descentralizada através da participação em fóruns e eventos internacionais, relação com comunidades de origem estrangeira, realização e organização de eventos internacionais, visitas de missões estrangeiras, participação ativa em redes internacionais de cidades, e experiência de políticas públicas premiadas.

Tomando estes eixos, observa-se uma possível agenda de prioridades de ações internacionais, a ser definida como “política externa” do agente público municipal, que sinalizam para a inserção internacional da cidade de Dourados.

Por mais que as atividades variam, não existe um modelo fechado e a estratégia é diversificar, ser interlocutor das ações que possam positivar e alavancar o desenvolvimento sócio econômico da cidade e a qualidade de vida da sociedade local.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo analisamos a importância da atuação paradiplomática de Dourados, e o que representa para o desenvolvimento da cidade e para a sociedade como um todo.

No Brasil a atuação internacional por parte de governos subnacionais foi impulsionada pela redemocratização e pela nova Constituição Federal de 1988, que manteve a condução das relações com Estados estrangeiros apenas ao governo central, reiterando os princípios tradicionais centralizadores que sempre orientaram a política externa nacional. Conflito claro entre norma constitucional e empirismo.

Vimos que o fenômeno da paradiplomacia conduz às ações de atores subnacionais que integram uma unidade do Estado nacional, no marco de um sistema democrático, mas que não substituem a diplomacia do Estado central, que mantém sua posição como ator central no campo das Relações Internacionais. No Brasil a realidade denota um direcionamento distinto do que se julga ser de exclusivo monopólio do Estado federal na esfera internacional, como mostram as inúmeras iniciativas externas exercidas por governos subnacionais no plano externo observadas neste estudo.

Observamos que abrir uma porta para o exterior é buscar uma oportunidade para que o município possa divulgar seu potencial de desenvolvimento sócio-econômico, a cooperação técnica, a captação de recursos e atração de investimentos.

Argumentamos que um dos prováveis caminhos para a internacionalização de uma cidade de porte médio como Dourados será pela cooperação técnica centrada na paradiplomacia e na cooperação descentralizada, que pode vir pela sua participação em redes de cooperação.

Há uma forte tendência no contexto da cooperação internacional que promove a atuação dos governos locais como atores internacionais, assumindo, em alguns casos, posicionamentos que não dependem unicamente do Estado Central, buscando diferentes perspectivas para a solução de seus problemas de acordo com seu próprio perfil e necessidades.

Observamos a reinserção de Dourados na Rede Mercocidades como um relevante mecanismo para a internacionalização do município. A participação nos

eventos e fóruns da Rede poderá ser um eficaz instrumento para dar voz ao governante municipal em âmbito internacional, promover e divulgar boas práticas, como fazem as cidades de Campinas, Guarulhos, Porto Alegre, por exemplo. Além de que os governos das unidades locais percebem que o ativismo internacional podem também render frutos na política de âmbito interno (SALOMÓN, 2011: 286).

Promover o intercâmbio de informações e ações de investimentos produtivos em Dourados através de acordos de cooperação técnica pode representar uma porta de entrada para a paradiplomacia, que surge não só com certa autonomia, mas também com uma responsabilidade de gerar o desenvolvimento e o bem estar da sociedade.

É urgente que o município crie uma agenda política e estratégica para o desenvolvimento de suas atividades internacionais, como forma de captação de oportunidades e investimentos. O desenvolvimento da atuação externa do município implica na análise das variáveis, percepção, decisão ação e vontade política, e que inclui a participação de setores públicos e privados, e o envolvimento da sociedade.

## REFERÊNCIAS

A IMPORTÂNCIA DA CIDADE MÉDIA - IPEA. Disponível em: < [http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1002:catid=28](http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1002:catid=28) > Acesso em 30 de março de 2016.

CASTELO BRANCO, Álvaro Chagas. **Paradiplomacia & entes não centrais no cenário internacional**. 1ª. Reimpressão. Curitiba: Juruá Editora, 2011.

COOPERAÇÃO DESCENTRALIZADA E REDES INTERNACIONAIS. Disponível em: <http://www.fnp.org.br/internacional/instituicoes-e-redes-internacionais> > Acesso em 08/03/2016.

DOURADOS NEWS. “Prefeitura quer Dourados no Mercocidades”. 2007. Disponível em: <<http://www.douradosnews.com.br/arquivo/prefeitura-quer-dourados-no-mercocidades-e08deba5063fb4e46e6d6fc1e40e5c5e>> Acesso em 20/05/2015.

ESAI. Disponível em: < <http://portal.ufgd.edu.br/setor/internacionalizacao-pt> > Acesso em 03/04/2016.

GRESSLER, Lori A.; SWENSSON, Lauro J. **Aspectos históricos do povoamento e da colonização do Estado do Mato Grosso do Sul**: destaque especial ao município de Dourados. 1988.

HOCKING, Brian. Regionalismo: uma perspectiva das relações internacionais. In: VIGEVANI, Tullo; WANDERLEY, Luiz Eduardo et al. (ORGs). **A dimensão subnacional e as relações internacionais**. São Paulo: EDUSC, 2004. pp. 77- 107.

IMAGEM MAPA POLITICO: Disponível em < [http://www.fecomercio-ms.com.br/arquivos/pesquisas/Apresentacao\\_Perfil\\_Socio\\_Economico\\_Dourados.compressed.pdf](http://www.fecomercio-ms.com.br/arquivos/pesquisas/Apresentacao_Perfil_Socio_Economico_Dourados.compressed.pdf).> Acesso em 13/04/2016

JACOBSEN, Kjeld. “ Poder local e relações internacionais”. In: RODRIGUES, Gilberto M. A; XAVIER, Marcos, et al. (Orgs). **Cidades em relações Internacionais análises e experiências brasileiras**. SP, 2009. p 19 – 33.

KUGELMAS, Eduardo; BRANCO, Marcello Simão; “Os governos subnacionais e a nova realidade do federalismo”. In: VIGEVANI, Tullo; WANDERLEY, Luiz Eduardo

(Orgs). **A dimensão subnacional e as relações internacionais**. SP: EDUC; Fundação Editora da UNESP; Fapesp, SP, 2005. p 161 – 188.

MARIANO, Karina P. L.; MARIANO, Marcelo P; “Governos subnacionais e integração regional: considerações teóricas”. In: VIGEVANI, Tullo; WANDERLEY, Luiz Eduardo (Orgs). **A dimensão subnacional e as relações internacionais**. SP: EDUC; Fundação Editora da UNESP; Fapesp, SP, 2005. p 131 – 160.

MARIANO, Marcelo P; BARRETO, Maria Inês. “Questão subnacional e integração regional: o caso do Mercosul”. In: VIGEVANI, Tullo; WANDERLEY, Eduardo Luiz; et al (Orgs). **A dimensão subnacional e as relações internacionais**. SP: EDUC; Fundação Editora da UNESP; SP: EDUSC, 2004. p 21 – 47.

MERCOCIUDADES. “Coordenadores do Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do MERCOSUL”. Disponível em: < <http://www.mercociudades.org/pt-br/node/2287>> Acesso em 27/05/2015.

MISSÃO PARAGUAI EM DOURADOS: Disponível em: [http : // www.douradosagora.com.br/brasil-mundo/economia/murilo-recepciona-comitiva-paraguaia-que-participa-do-canasul- agrometal](http://www.douradosagora.com.br/brasil-mundo/economia/murilo-recepciona-comitiva-paraguaia-que-participa-do-canasul-agrometal) < Acesso em 18 de março de 2016.

MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO. Disponível em: < <http://www.rio.rj.gov.br/web/relacoesinternacionais> > Acesso em 01/04/2016.

PERFIL SOCIO ECONOMICO DE DOURADOS/MS. Disponível em:<<http://www.dourados.ms.gov.br/index.php/perfil-socioeconomico/> > Acesso em:30/05/2015.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. Política Internacional. Disponível em: < [http://funag.gov.br/loja/download/1004-Manual\\_do\\_Candidato\\_-\\_Politica\\_Internacional.pdf](http://funag.gov.br/loja/download/1004-Manual_do_Candidato_-_Politica_Internacional.pdf) > Acesso em 01/03/2016

PRADO, Henrique Sartori de Almeida. 2013. **Inserção dos atores subnacionais no processo de integração regional: o caso do Mercosul**. Ed. UFGD.

PRAZERES, Tatiana Lacerda. Por uma atuação constitucionalmente viável das unidades federadas brasileiras ante os processos de integração regional. In: In: RODRIGUES, Gilberto M. A; XAVIER, Marcos, et al. (Orgs). **Cidades em relações Internacionais análises e experiências brasileiras**. SP, 2009.

PREMIO. Disponível em <http://www.douradosnews.com.br/arquivo/dourados-recebe-premio-de-municipio-mais-dinamico-do-ms-bc0f2fcc8d87737cd63b0697b20cbb6d> < Acesso em 18 de março de 2016.

PRIETO, Noé Cornago. “**O outro lado do novo regionalismo pós-sovietico e da Ásia-pacífico**: a Diplomacia federativa além as fronteiras do mundo ocidental”. In:

VIGEVANI, Tullo; WANDERLEY, Luiz Eduardo et al. (ORGs). *A dimensão subnacional e as relações internacionais*. São Paulo: EDUSC, 2004. pp. 283- 312.

VIGEVANI, Tullo; WANDERLEY, Eduardo Luiz; BARRETO, Maria Inês; MARIANO, Marcelo Passani. (Orgs). **A dimensão subnacional e as relações internacionais**. SP: EDUC: Fundação Editora da UNESP; SP: EDUSC, 2004. p 251 – 282.

RODRIGUES, Gilberto. A inserção internacional de cidades: notas sobre o caso brasileiro. In: VIGEVANI, Tullo; WANDERLEY, Luiz Eduardo et al. (ORGs). **A dimensão subnacional e as relações internacionais**. São Paulo : EDUC; Ed. UNESP, SP : EDUSC, 2004. pp: 441-462.

RODRIGUES, Gilberto. “Internacionalismo municipal”. In: RODRIGUES, Gilberto M. A; XAVIER, Marcos, et al. (Orgs). **Cidades em relações Internacionais análises e experiências brasileiras**. FASM, SP, 2009. p 35 – 56.

SALOMÓN, Mónica. 2011. “A dimensão subnacional da política externa brasileira: determinantes, conteúdos e perspectivas”. In: PINHEIRO, Letícia; MILANI, Carlos R.S.(org.) **Política externa brasileira a política das práticas e as práticas da política**. RJ, Editora FGV. pp. 269-299

SERRA ALVAREZ, Ana Amélia. “Cooperção descentralizada: o caso europeu”. In: In: RODRIGUES, Gilberto M. A; XAVIER, Marcos, et al. (Orgs). **Cidades em relações Internacionais análises e experiências brasileiras**. SP, 2009. p 73 – 97.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W; VIGEVANI, Tullo. (Org.) **Governos subnacionais e sociedade civil**: integração e Mercosul. São Paulo: EDUC; Fundação Editora da Unesp; Fapesp, 2005.

## ANEXO A – ACORDO DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL



Agreement on the Establishment of an International Relationship for Friendship and Cooperation among

**The City of Kearney, Kearney,  
Nebraska - U.S.A.**

**The University of Nebraska at Kearney, Kearney,  
Nebraska - U.S.A.,**

**The City of Dourados, Mato Grosso do Sul -  
Brazil,**

**The Federal University of Grande Dourados,  
Dourados, Mato Grosso do Sul -Brazil**

**THE STATE UNIVERSITY OF MATO GROSSO  
DO SUL, DOURADOS, MATO GROSSO DO  
SUL - BRAZIL.**

The cities of Kearney and Dourados, the University of Nebraska at Kearney, the Federal University of Grande Dourados and the State University of Mato Grosso do Sul share similar goals of international cooperation, mutual prosperity and world peace through exchange of ideas, talent and research. Moreover, they believe it to be in their collective interest to broaden and strengthen ties among the four



Universidade Federal  
da Grande Dourados



Acordo sobre o Estabelecimento de uma Relação Internacional para Amizade e Cooperação entre

**A cidade de Kearney, Kearney,  
Nebraska - EUA**

**A Universidade de Nebraska em Kearney,  
Kearney, Nebraska – EUA,**

**A cidade de Dourados, Mato Grosso do Sul –  
Brasil,**

**A Universidade Federal da Grande Dourados,  
Dourados, Mato Grosso do Sul - Brasil**

**A UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO  
GROSSO DO SUL, DOURADOS, MATO  
GROSSO DO SUL - BRASIL**

As cidades de Kearney e de Dourados, a Universidade de Nebraska em Kearney, a Universidade Federal da Grande Dourados e a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul compartilham objetivos semelhantes de cooperação internacional, prosperidade mútua e paz mundial através da troca de ideias, habilidades e pesquisas. Ademais, elas acreditam que o acordo seja de interesse coletivo para ampliar e fortalecer os laços

entities.

The purpose of this relationship is to increase economic development, trade and investment, and tourism, as well as youth, cultural, and educational linkages for both cities and universities and to increase awareness of both cities as being growth cities in the sectors of health and life sciences, creative industries, tourism, education, and agriculture and related industries.

Partnerships will be nurtured by promoting mutual business and cultural development, professional and youth exchanges, sharing the advances in research, business strategies, healthcare and education. In addition to that, they will provide a deeper understanding of each other's lives and traditions, while finding common elements that link the Cities of Kearney and Dourados and the University of Nebraska at Kearney and the State and Federal Universities in Dourados.

Therefore, we, the Mayor of Kearney, the Mayor of Dourados, the Chancellor of the University of Nebraska at Kearney, the Rector of the Federal University of Grande Dourados and the Rector of the State University of Mato Grosso do Sul, believe that this agreement will broaden our understanding of each other and lead to deeper understanding between the peoples of the United States and Brazil and our two cities and three universities.

We affix our signatures and our seals on this declaration in order to establish our relationship.

entre as quatro entidades.

O propósito dessa relação é ampliar o desenvolvimento econômico, o comércio, o investimento e o turismo, bem como os vínculos da juventude, da educação e da cultura para ambas as cidades e as universidades e aumentar a consciência de ambas as cidades como cidades de crescimento nos setores da saúde e das ciências da vida, das indústrias criativas, do turismo, da educação e da agricultura e indústrias relacionadas.

As parcerias serão estimuladas através da promoção do desenvolvimento cultural e de negócios mútuos, intercâmbio de jovens e intercâmbio profissional, compartilhando os avanços na pesquisa, estratégias de negócios, saúde e educação. Além disso elas fornecerão uma compreensão mais profunda da vida e das tradições de cada um, ao mesmo tempo encontrarão elementos comuns que ligam as cidades de Kearney e Dourados e a Universidade de Nebraska em Kearney e as Universidades Federal e Estadual em Dourados.

Portanto, nós, o Prefeito de Kearney, o Prefeito de Dourados, o Chanceler da Universidade de Nebraska em Kearney, a Reitora da Universidade Federal da Grande Dourados e o Reitor da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, acreditamos que este acordo vai ampliar nossa compreensão mútua e levar a uma compreensão mais profunda entre os povos dos Estados Unidos e do Brasil e de nossas duas cidades e três universidades.

Nós afixamos nossas assinaturas e nossas chancelas nesta declaração a fim de consolidar nossa relação.

This document goes into effect on the date of signature, and is written in both English and Portuguese. Both texts have equivalent content and one effect.

---

Stan Clouse  
Mayor, city of Kearney

---

Douglas A. Kristensen, J.D.  
Chancellor, University of Nebraska at Kearney

Este documento entra em vigor na data da sua assinatura, e é escrito em Inglês e Português. Ambos os textos têm teor idêntico e um só efeito.

---

Murilo Zauith  
Prefeito da cidade de Dourados

---

Liane Maria Calarge  
Reitora da Universidade Federal da Grande Dourados

---

Fábio Edir dos Santos Costa  
Reitor da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

## ANEXO B – COMUNICAÇÃO INTERNA (CI) PGM/PMD



Prefeitura de  
**Dourados**  
Nossa Cidade no Rumo Certo

## Procuradoria Geral

DE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	CI Nº: 128/2015
PARA: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL	DATA: 22/07/2015
ASSUNTO: RESPOSTA À CONSULTA	
<b>HISTÓRICO</b>	

Prezado Senhor,

Vimos por meio desta, em resposta à CI nº 220/15, informar que, por não se tratar de tratado internacional, de caráter político, cuja competência é exclusiva da União por meio do gov federal, o ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA entre as Universidades de Nebraska (UFGD) e UEMS pode ser formalizado, não havendo nenhum óbice, bem como entre as cidades de Kearney/NE/EUA e Dourados/MS/BR, na condição de partícipes.

Atenciosamente,

Ilvo Rodrigo de Farias Machado  
Procurador Geral do Munic. de Dourados/MS  
Matrícula Funcional nº 11476254-1  
DAS-MS nº 10.364

Data de entrega	Horário	Recebido por
23-7-2015	10:00	maria Rita